

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----No dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, para o mandato 2022/2025; (Apreciação, discussão e votação)*-----
- 3. *Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2021 – (Para conhecimento);*-----
- 4. *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2021 – (Para conhecimento);*-----
- 5. *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2021 – (Para conhecimento);* -----
- 6. *1ª Revisão aos documentos previsionais 2022_2026:*-----
 - 6.1. *1ª Revisão ao Plano Plurianual de investimentos; (apreciação, discussão e votação);*-----
 - 6.2. *1ª Revisão às Atividades mais relevantes; (apreciação, discussão e votação);*-----
 - 6.3. *1ª Revisão ao orçamento da receita e da despesa; (apreciação, discussão e votação);*-----
- 7. *Alteração das fontes de financiamento do projeto “3 320 2019/19 3/17” Área de Localização Empresarial (ALE) Porto de Mós – 1.ª fase - construção de infra estruturas; (apreciação, discussão e votação);*-----
- 8. *Contratação de empréstimo destinado a financiar investimentos previstos no PPI 2020_2021, até ao limite de 3.500.000,00 € - Informação - (apreciação, discussão e votação);*-----
- 9. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Mário Alberto Rosa Cruz (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (CH), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da união das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano e Paulo Jorge Nobre Pereira, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), que foi substituído por Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), o Vereador Rui Marto veio informar da sua impossibilidade de se apresentar na sessão da Assembleia Municipal, por motivos de acompanhamento a familiar a consulta médica impedindo-o de chegar atempadamente à referida Assembleia e ainda Luís Miguel Louro Ferraria, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), que foi substituído por Elmar Tibúrcio, Secretário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquela Junta de Freguesia (PS).-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as falta dos membros supracitados, face à sua solicitação.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes, e, por fim, *"um cumprimento a todos aqueles que nos estão a ouvir pelas redes sociais. Esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Porto de Mós marca o início da transmissão em direto, das reuniões deste órgão autárquico. A transmissão em direto das reuniões, aumenta a proximidade, interação e envolvimento com os munícipes. Os munícipes passam a poder acompanhar em tempo real e à distância, a atividade do órgão deliberativo do município. Agradeço na pessoa do senhor Presidente, a todos os que tornaram possível esta transmissão. Uma palavra de agradecimento ao Departamento da Cultura pela decoração deste espaço, tornando-o mais acolhedor para todos nós. Posto isto vamos dar início à segunda assembleia ordinária deste mandato e para isso, quero informar das seguintes substituições: Samuel Dinis Cordeiro da Costa do P.S., com falta justificada, foi substituído por Pedro Lavado Gomes Vieira. O senhor Vereador, Rui Marto também vem informar da sua impossibilidade de se apresentar na reunião da Assembleia deste dia, por motivos de ordem familiar. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Bento também justificou a sua falta e foi substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia Elmar Tibúrcio. Posto isto vamos então dar início às intervenções do público."*-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. António Alves, Telmo Conceição e Tiago Rei inscreveram-se para o efeito.-----

-----**António Alves (Porto de Mós):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que, tendo recebido em sua casa, um casal amigo de fora do concelho, os levou a dar uma volta para lhes mostrar algumas zonas do concelho. Assim, levou-os ao Miradouro de Chão das Pias, à Ecopista e também ao Castelo, tendo constatado que todos estes locais estavam cheio de visitantes, o que para si, foi motivo de muito orgulho, dizendo que *"Porto de Mós já tem muita gente, o que é bom e fique*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bastante agradado com isso. Posto isto, perguntou dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, se existe algum serviço na câmara, algum contacto, algum posto, alguma secção para onde se possa ligar, a reportar algumas coisas que se vão observando por aí, pois no Castelo, deparou-se com uma situação, em que, só quase por milagre, uma senhora não partiu a perna, num buraco na madeira daquele varandim, que já precisa de tratamento e acompanhamento, havendo zonas em que está apodrecido. Disse ainda que, quando pergunta se há algum serviço, algum contato, é, porque acha, que se calhar aqui não é o sítio indicado para reportar estas situações. Outro exemplo que deu, foi o facto de ter observado nas suas caminhadas noturnas, e isto tem a ver com a segurança das pessoas, na Estrada da Ribeira de Cima, a deficiente iluminação noturna, o que torna aquelas zonas muito inseguras. Depois subindo ao Bairro de S. Miguel, verificou que os carros estão estacionados nos passeios, obrigando os peões a circularem na estrada, sendo que se trata de uma zona em que os carros passam por vezes, com muita velocidade. E para terminar, voltou a uma situação que já reportou há uns meses largos à Junta de Freguesia, esperando que um dia destes não haja ali uma tragédia, e que é o facto de um candeeiro de iluminação pública, que terá, no máximo 60/70 centímetros de altura, que foi partido por um carro ou por alguém, e que está ali com corrente elétrica, com os filamentos das lâmpadas ao alcance de qualquer miúdo, que tocando ali, pode morrer eletrocutado. Terminou dizendo que, entende que o senhor Presidente não tem que estar atento a tudo isto, e portanto, seria bom se houvesse a quem ligar, para reportar essas situações.-----

-----**Telmo Conceição:**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que, na penúltima Assembleia Municipal a sua pessoa foi visada, por um senhor deputado desta assembleia, a sugerir que as suas intervenções têm sido de carácter político sugerindo que se quisesse ocupar o lugar de provedor do município, era o seu lugar indicado. Disse querer alertar e dizer que, como cidadão portomosenense, nunca executará essa função, porque quando essa figura foi aprovada nesta Assembleia Municipal, em tempos transatos, ele foi um dos seus críticos, tendo-se vindo a verificar que o desempenho dessas funções era vazio, porque entende que o executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara assim como do Vice-presidente, tem uma grande capacidade de diálogo e, portanto, não há porque nomear intermediários. Quem tiver algum caso para resolver com o executivo municipal, este está disponível, de portas abertas, para receber. Portanto, disse pensar que é uma atividade inócua e, como tal, disse que as suas intervenções não são políticas, são de cidadania e tem muito gosto em contribuir para que o concelho melhore, tendo sempre uma atitude de cooperação e de atenção. Disse depois, querer aproveitar este momento para dar o seu reconhecimento e elogio ao executivo e ao seu presidente, por duas obras e pelo empenho que o executivo teve, estando a referir-se à extensão da rede de águas, especialmente na freguesia de São Bento, e ainda bem que se pagou esta dívida que perdurou muitos anos, e o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alargamento da rede de comunicações em fibra, pensando que o concelho está muito mais rico.---

-----**Tiago Rei (S. Bento):**-----

-----Usando da palavra, cumprimentou o senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentou, os restantes elementos. Começou por dar os parabéns, por hoje estar esta assembleia a ser gravada e transmitida *online* para que as pessoas lá em casa, possam ver, dizendo ser uma boa iniciativa. Disse depois que, teve oportunidade de estar presente na manifestação sobre o estado da Saúde no concelho, e que ficou um bocadinho triste por ver poucas pessoas, que, depois são capazes de dizer aqui acolá que não há médico, que não se faz nada, mas quando é preciso não aparecem e isto é de lamentar. Outra situação que referiu, foi a de que tem sido abordado por muita gente relativamente aos caminhos pedestres que estão marcados, perguntando se não há um mapa ou se vai haver algum mapa. Assim perguntou se está prevista alguma coisa, porque parece que as pessoas, andam por ali e andam desorientadas. Disse ainda que não pode deixar aqui de dar os parabéns ao senhor Carlos Cordeiro, pela iniciativa "*pastor por um dia*", pois de facto tem havido muita gente à procura das cabras, chegando a ir até para São Bento.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, depois de cumprimentar todos os presentes. Agradeceu a todos os anteriores intervenientes que aqui vieram fazer a sua participação cívica, e sobretudo participar na vida pública do concelho. "*Fico grato por aquilo que disse o António Alves e, sobretudo pela preocupação que tem e que lhe reconheço, acerca do nosso património. Nós de facto, temos a possibilidade de ter todo este património, infelizmente, nalgumas circunstâncias, ele acaba por estar degradado. Essa situação que referiu do Castelo, é uma situação que é infelizmente comum, porque tem sido frequente termos esse problema, aquele troço de madeira, aquele espaço que ali está, não apodreceu, mas tem sido vandalizado e estamos a aguardar que a empresa venha substituir as madeiras. De todo o modo, e de uma forma geral, tudo aquilo que referiu, pode e se estiver disponível, deve mencioná-lo através dos acessos normais do município, porque depois internamente, são canalizados. Nós temos, sobretudo através das redes sociais, recebido com frequência algumas chamadas de atenção que são muito úteis, porque, como disse e bem, não conseguimos estar em todo em todo o lado. Sobre a questão dos candeeiros, também infelizmente, têm sido frequentes algumas situações que demoram algum tempo a ser a ser solucionadas por parte do operador, mas nós com as chamadas de atenção dos nossos municípios, vamos tentando conseguir resolver. Dizer, e não deixa de ser importante sobre esta questão aquilo que o António Alves vislumbrou neste percurso por Porto de Mós, que daqui resultou, por exemplo, que, apesar de termos tido o Castelo fechado nos primeiros 3 meses do ano, tivemos quase 23.000 visitantes no Castelo em 2021, tendo batido todos os recordes até agora, de visitantes. Aquilo de que também nos apercebemos, é que o Castelo passou a ser não apenas um monumento para ser*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

visitado, mas de uma forma geral a porta de entrada, ou porta de saída se quisermos, para podermos oferecer o que temos para oferecer em termos de concelho, e já temos algumas coisas. Portanto, agrada-me muito, sobretudo que aqueles que são os nossos munícipes, reconheçam que em Porto de Mós também há coisas bonitas, há coisas boas para se visitar, e que vale a pena de vez em quando, tirar-se algum tempo para fazer essa visita. Sobre a questão do candeeiro, vou ver o que se passa, porque irei falar com o Presidente de Junta para tentar ultrapassar esta situação, sobretudo se configura perigo. Sobre a intervenção de Telmo Conceição, agradeço-lhe naturalmente as palavras, é reconhecido tudo aquilo que disse, embora eu entenda que estes tempos de cidadania também são tempos ou momentos de política. Nós todos sabemos estar na sua diversidade ou na diversidade de opinião de cada um, sabemos afirmar a nossa cidadania e, por isso sabemos estar na vida pública do nosso concelho, e que assim continue. É aqui na Assembleia Municipal, que se discutem as opiniões, que se discute a vida do concelho e, sobretudo também, que se define, e para além daqueles que foram eleitos, este espaço de democracia, é também um espaço do nosso público para nos transmitir as ideias, para nos transmitir muitas vezes as suas preocupações e também em muitas circunstâncias, para nos ir transmitindo, aquilo que vai vendo e ouvindo por aí, quer do lado positivo, quer pelo lado menos bom. A água em São Bento era um desígnio, mas muito mais do que isso, era um direito, e nós dissemo-lo no início do anterior mandato. Concluímos o abastecimento de água a todos os lugares do concelho até final do ano de 2021, como era nosso compromisso. Mas era o nosso compromisso, mas também a nossa obrigação, como é a obrigação de um qualquer autarca. Chegámos onde chegámos, preocupando-nos com as pessoas que vivem em lugares onde ainda não existe abastecimento de água ao domicílio. Neste momento, está a funcionar, aquela população está servida de água e, portanto, conquistámos ou demos mais este passo, para melhorar o todo do concelho do Porto. A fibra ótica é um processo, aliás, direi que, quase as duas pontas, a tecnologia e o avanço em confronto, por assim dizer, com o abastecimento de água. São Bento não tinha abastecimento de água ao domicílio, uma parte de freguesia, mas também não tinha fibra ótica. Agora tem as duas situações resolvidas. A este nível, o concelho ainda não está totalmente servido de fibra ótica. Calculamos que durante o ano de 2022, vamos ter os restantes 7% no concelho servidos de fibra ótica. Reportando-me às palavras do Tiago Rei, nós temos efetivamente um problema. Um problema que se vai acentuar nos próximos tempos, que é com a Saúde. É um problema que nunca se resolveu verdadeiramente. Como sabemos todos, com esta insuficiência de profissionais, mas sobretudo médicos, e com aqueles que previsivelmente se vão reformar, nós vamos continuar a ter, porventura, bons edifícios, porventura, outro tipo de oferta, mas infelizmente aquilo que mais importante é nestes casos, que são os recursos humanos, provavelmente, vamos continuar a ter muitas dificuldades. O distrito de Leiria, todo ele, não é exceção. Neste momento, temos quase metade dos concelhos do distrito de Leiria com sérias dificuldades de profissionais de saúde, médicos, para darem resposta àquilo que é a resposta aos cuidados básicos de saúde, os cuidados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primários de saúde e, portanto, aquilo que se vislumbra não é uma situação muito simples, até porque ainda ontem, num jornal regional, na primeira página, se referia que estão cerca de 28.000 pessoas na nossa região, com atos médicos em atraso, pelo Serviço Nacional de Saúde e, portanto, são situações de alguma forma extremas, que nos preocupam, que nos preocupam muito, e que nos levaram já há algum tempo, há cerca de um ano, a pensar avançar para o plano de saúde para todos os utentes do concelho, de todos os municípios. Estamos a avançar com este processo. Não é de forma nenhuma, algo que possa substituir, nem o Serviço Nacional de Saúde e aquilo que o serviço que presta, e muito menos o médico, o médico de família, não é esse o objetivo, no entanto, estas situações em que uma pessoa, se quer ter uma resposta dum médico de especialidade do SNS e tem que esperar, e vislumbra-se ter que esperar um ano e meio a dois anos, como está relatado no Jornal de Leiria, o município consegue que o nosso o munícipe possa ir ao serviço particular com um custo reduzido, pagando substancialmente menos, e tendo esta resposta, antes de ter problemas mais agravados. Quero também dizer sobre esta questão do processo da candidatura dos percursos pedestres, que ela está em curso, portanto, foi uma das duas obras em curso, muito atingida no tempo, pela situação de Covid, e neste momento, temos em concurso público, o concurso da app, e todos os suportes digitais. Os percursos, como se sabe, são cerca de setecentos quilómetros de percursos pedestres, equestres e cicláveis. Ainda não estão todos marcados, ainda não estão todos homologados, mas para lá caminhamos. Sobretudo, temos tido algumas dificuldades na marcação no terreno, porque eles foram homologados em carta, e como se sabe, a grande maioria destes percursos, são percursos em parte do território do Parque Natural, onde o processo é um processo de defesa e conservação da natureza, e portanto, tem associado esta vertente, e bem, e aquilo que nós temos que fazer e vamos fazer, é ir evoluindo percurso a percurso, de comum acordo com os técnicos do ICNF e dessa forma ir homologando os percursos para depois eles serem, de facto, marcados, de acordo com aquilo que está definido. Só para terminar, e ia fazê-lo noutra momento, mas o Tiago Rei chamou a atenção, felicitar também a freguesia de Serro Ventoso, na pessoa do seu Presidente, pela forma como conseguiu transmitir aquilo que é tão importante nos tempos que correm, muita gente desconhece a forma, como se vive no campo e esta ideia de ser pastor por um dia, foi uma ideia brilhante que traz os jovens e os mais idosos, mas, sobretudo os mais jovens, a perceber como é que é a vida no campo, como é que é um dia de pastoreio, e sobretudo como é que é um dia junto daqueles animais e, portanto, um bem-haja senhor Presidente, pela iniciativa.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou a informar, pedindo desculpa aos senhores deputados, que não seria possível submeter a ata da anterior sessão a votação, atendendo a que a mesma ainda não se encontra concluída. Tendo decorrido o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo eleitoral ao qual, as funcionárias que prestam apoio a esta Assembleia, estiveram afetas, e tendo esta sessão sido antecipada em duas semanas, não houve tempo para a sua conclusão, pelo que a mesma será presente a apreciação e votação na próxima sessão ordinária deste órgão.-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que não trás grandes novidades, mas é só para que fique registado. Os temas são quase sempre os mesmos, o que nem sempre é muito bom. Referiu-se mais uma vez aos cães vadios que grassam pela sua freguesia. Desde a última vez para cá, só ficámos também com menos umas galinhas, disse. Mas é uma situação preocupante, e disse dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que sabe que esta competência é do município, pode até perceber que não haja condições para as executar, por via de uma regra que alguém assim definiu e não pensou bem. Só que depois, as pessoas vão ter com ele e não tem resposta para lhes dar. Fez menção ao ataque dos cães a uma capoeira dum seu freguês, que se lhe dirigiu perguntando quem lhe pagava as galinhas. Ele respondeu dizendo que não podia, porque não tinha essa competência, e que se dirigisse à Câmara para expor a situação, não sabendo se o fez ou não. Sobre a questão do médico, disse que já é sabida, desde há muito tempo. Agradeceu a quem esteve a lutar por um direito que faz sentido que é de todos, e lamentou algumas ausências, que disse poder perceber num determinado contexto. *“A saúde é um direito que nos assiste a todos e se não lutarmos todos por ela, dificilmente vamos conseguir, e é o que não temos feito ao longo destes anos e que, pelo menos aqui neste concelho, não rumamos todos para o mesmo lado, e eu estou à vontade, porque falo nisto desde o meu primeiro mandato, e já vou no terceiro, e falo antes das eleições, depois das eleições, durante as eleições, portanto, estou perfeitamente à vontade, nesse aspeto. Lamento, de facto, que não estejamos todos ao lado dos outros, para se poder resolver esta situação e, afinal, isto nem faria grande sentido se não fosse desta forma. Depois, queria ainda aqui deixar também uma situação que me tem preocupado e tendo tido algumas queixas, não sei se há algum tipo de solução, mas o saneamento em vários pontos da freguesia têm deixado um mau cheiro. As pessoas lamentam-se bastante. Terá já certeza, algumas queixas na sede do município. Não sei como é que pode ser resolvido, mas há ali situações críticas, à saída do lugar, em direção à Batalha, na zona centro, junto ao Crédito Agrícola, sendo, basicamente, sempre os mesmos locais, não sabendo se há alguma situação que esteja aqui menos bem conseguida, em termos efetivos.”* Depois, disse que queria também chamar a atenção aqui, de que teve algumas reclamações que têm a ver com o brio que os funcionários municipais têm e colocam, nos arranjos que fazem por estas freguesias fora. Por fim, abordou também um tema que é habitual e de que já se falou aqui hoje, fibra ótica. Disse estar com um problema, que já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vem de alguns anos a esta parte, e que é o facto da cobertura telefónica continuar a ser bastante preocupante, principalmente nos lugares mais para o interior, em que a falta de cobertura está a fazer muita diferença para as pessoas, até mesmo em termos de trabalho, o que eventualmente afastará as pessoas destes locais, quando existe o empenhamento de trazer mais pessoas para o concelho. Disse saber que não tem sido fácil, e embora a cobertura de fibra ótica nesses locais já seja uma realidade em grande parte, a cobertura de rede móvel e rede telefónica, é de facto, uma necessidade.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes, bem como todos os que em casa estavam a assistir a esta sessão. Começou por dar os parabéns à senhora Presidente da Assembleia, por esta transmissão *on-line*, que há muito era reclamada nesta Assembleia, *porque isto é a democracia a funcionar e é estarmos mais perto das pessoas. Queria também dar os parabéns aos meus colegas presidentes de junta, e desejar-lhes um bom mandato. Se calhar há um ano atrás, nem todos nós éramos as pessoas certas para estar aqui, mas quem manda é o povo e, portanto, se estamos aqui é porque somos as pessoas certas para estar aqui, no sítio certo e, portanto, devemos todos olhar em prol da população. É aquilo que eu vos desejo. Um bom mandato para todos.* Disse depois que *"queria deixar aqui uma palavra ao Município e à Associação Urgente, pela manifestação que organizaram. Não sei se é o timing certo, mas foi combinado por todos, estavam lá todos os Presidentes de Freguesia que eu saiba, independentemente das cores políticas, estavam lá todas, e realmente o Filipe, no dia chamou a atenção, e o Tiago também chamou aqui a atenção hoje, é triste, que não tivéssemos lá mais pessoas. E não é só as pessoas do concelho e das freguesias, mas também pessoas com responsabilidades políticas que deveriam lá estar e que infelizmente, não estavam, mas cada um é como cada qual e, portanto, passando à frente, acho que temos fazer outra, porque a Saúde é um problema mesmo grave. Queria deixar aqui uma sugestão ao município, de uma obra que acho que deveria ser feita em Porto de Mós, que era um campo de padel, porque é um desporto que está na moda em Portugal e quase todas as cidades têm um campo de padel, e deixava aqui esta esta sugestão ao município. Na última assembleia falei sobre os placares publicitários, e realmente parabéns àqueles que arranjam, porque já vi que muitos foram arrançados. Quanto aos meus colegas de freguesia, não sei se foram todos arrançados, na minha ainda estão lá uns esquecimentos, mas pode ser que na próxima assembleia já estejam reparados. Por fim, agradecer as palavras de Tiago Rei e do senhor Presidente da Câmara, em relação ao "pastor por um dia", que tem sido um sucesso, com marcações até ao fim de Março. Ainda hoje tivemos cá a Embaixada dos Estados Unidos, e acho que nunca cá tinha estado ninguém da Embaixada dos Estados Unidos em Serro Ventoso, ou pelo menos nem conheciam Serro Ventoso, e, portanto, acho que é um projeto que está a ter muita*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aderência e há de continuar a ter. Para quem não quiser ser pastor, nós temos outro nome mais pomposo, que é "técnico de pastorícia e ambiente", portanto, quem não quiser ser pastor, mas que queira lá ir à mesma aprender, vai ser técnico de pastorícia e ambiente. Convido todos a passar a mensagem e estão todos convidados. Muito obrigado e até logo."-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----

-----Usou da palavra e proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Boa noite a todos. Começar por cumprimentar a senhora Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, deputados, presidentes de junta, público em geral, comunicação social, funcionários do município e na pessoa do senhor Presidente do Município, cumprimentar toda a mesa do município e os restantes vereadores.-----

-----Hoje venho aqui, é a minha primeira intervenção enquanto Presidente de Junta nesta Assembleia, mas venho aqui falar de coisas que me preocupam enquanto Presidente de Junta e acho que nos deve preocupar a todos. Não sei, penso que também acontece nas outras freguesias, na nossa está a acontecer muito infelizmente, que é o depósito de bens que as pessoas deixam de querer em casa, e vão pôr nas matas, nos pinhais, à beira dos caminhos, como frigoríficos, sofás, móveis velhos. Infelizmente, temos tido muita coisa dessa, e eu queria fazer aqui um alerta ao senhor Presidente, penso que não é difícil, e que era fazer um alerta à população, e colocar esse mesmo alerta na fatura da água que recebemos todos em casa, ter um alerta a cores, um retângulo que seja, com o número para a qual as pessoas podem ligar, a fazer a marcação para fazer a recolha desses bens, penso que não é difícil fazer isso. Depois, queria falar também aqui da viatura urbana de passageiros, que está ao serviço do município e que não serve a Vila do Juncal, mas que vai até dois quilómetros, porque dá a volta na Cruz da Légua. Eu queria pedir que fosse revisto esse percurso. Não vou pedir que seja todos os dias, também não posso ter nada e logo a seguir querer tudo, mas, se calhar, duas ou três vezes por semana, poderia ser oportuno passar no Juncal, para que as pessoas do Juncal também possam programar as suas vindas a Porto de Mós, a sede de concelho, e usar esse transporte. Por fim e em relação aos pedidos e também já foi aqui dito pelo Filipe, na minha freguesia também se passa o mesmo com a falta de cobertura da rede móvel, principalmente Picamilho tem muita deficiência e já várias pessoas me falaram disso, mas também não posso ser eu a pôr lá as antenas, mas queria deixar aqui também este alerta. Estes são os pedidos e porque o tempo também é curto, vou passar aqui a um agradecimento ou dois, o facto de o município já ter começado a fazer algumas reparações na estrada de Vale de Água/Chão da Feira, que é uma estrada importante não só para a freguesia do Juncal, para pessoas que hoje em dia vão para o comércio em São Jorge ou para quem se dirige para os seus trabalhos, seja na zona industrial de Porto de Mós seja na zona da Moitalina, é uma estrada importante para a nossa freguesia como também penso que, para alguns habitantes da freguesia de Calvaria. Já começaram a ser tapados aqueles buracos e penso que no futuro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devemos pensar em fazer uma reforma mais profunda, porque já há muitos anos que não é intervencionada, e então agora por fim, agradecer a prontidão, a rapidez e a eficácia, com que o município respondeu ao problema com que nos deparámos na escola dos Casais Garridos, com a queda daquelas lajes em pedra que punham em perigo as crianças, e logo que dei o alerta, prontamente foi resolvido e ainda bem, muito obrigado por isso. Muito obrigado.”-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PSD):**-----

-----Usando da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todas as pessoas presentes. A questão que trago aqui é simples. Atravessamos como toda a gente sabe, um período de seca mordaz em todo o nosso país. Associado ao problema da água vem o problema do saneamento. Já há muito tempo que se fala da terceira fase de saneamento da vila de Mira de Aire. Urge, de facto, a pensar nisso. Como Presidente da Junta de Freguesia queria saber se está alguma coisa prevista ou não, para que essa lacuna seja ultrapassada, porque quer se queira quer não, havendo uma má cobertura de saneamento, mais tarde ou mais cedo, vai chegar ao veio freático que que passa por baixo daqueles terrenos. Muito obrigado.”-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Usando da palavra, passou a fazer a seguinte intervenção:-----

-----“Boa noite a todos os presentes. Cumprimento todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia. O assunto que hoje venho aqui aqui trazer, está relacionado com o que já tinha abordado inclusive em assembleias antigas e, como na altura, não fiquei muito satisfeita com tipo de resposta que obtive, optei por esperar que o ano letivo iniciasse, para ver se tinha havido alguns tipos de alteração face às sugestões que eu tinha aqui apontado, mas como o ano letivo iniciou e essas alterações não ocorreram, eu decidi trazer novamente o assunto à Assembleia. A situação está relacionada com a componente de apoio à família, vulgo ATL. Na maioria, mas nem podemos dizer a maioria, porque é em metade das freguesias do concelho, o ATL é assegurado por IPSS's ou por entidades privadas. Nas restantes freguesias, é a Câmara em par com a Freguesia, que vai assumir aqui este ATL. É algo que eu acho muito bem. A Câmara está cá é para servir os munícipes, acho que faz muito bem esse serviço, é para apoio à comunidade, e se não há nenhuma entidade que queira assumir este tipo de serviço e porque os pais necessitam desse serviço, até porque o ATL, e muitas das vezes, ouve-se, “ah é um local para descartar os miúdos e para os pais ficarem com mais tempo livre”, não, o ATL é uma necessidade para que os pais consigam fazer face aos horários dos seus locais de trabalho. Agora, eu não consigo aceitar é diferença que existe em termos de desigualdade, entre os munícipes, porque, como já referi na anterior assembleia, quase que temos munícipes de primeira e de segunda, ou seja, nas freguesias onde é a Câmara assumir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este tipo de serviços, os valores são completamente diferentes, são os valores semelhantes àquilo que se paga no ATL quando estamos a falar de pré. Aqui só estou a falar de ATL de primeiro ciclo. Estamos a falar, por exemplo, de valores que, quando estamos pela Câmara, podemos ir desde 11 euros, 22 euros ou 40 euros consoante o escalão que a criança tenha, se estivermos a falar de um valor pago à entidade privada, podemos estar aqui a falar de valores entre, no mínimo os 50 até aos 70 euros. Porque é que eu refiro aqui estes valores? Porque basta, por exemplo, pensar numa família que tenha duas crianças no primeiro ciclo, e não é difícil que isso não se verifique, e se pensarmos, por exemplo, que essa, é uma criança que, ou são pais em que as crianças têm escalão A, podemos estar aqui a falar de valores, para as duas crianças, mensais de 22 euros. Ora, se estivéssemos a falar, por exemplo, numa freguesia, onde é uma entidade privada que presta este serviço, estaríamos aqui a falar de valores de 70 euros por criança ou seja, estamos a falar aqui de 140 euros. Ora, de 22 para 140 euros, estamos a falar de uma diferença de 118 euros mensais, que consoante as freguesias em está, possa variar este valor entre os 50 e os 70 podemos estar a falar de uma diferença para uma família, que pode ir até 1000/1400 euros. Ora, se pensarmos que se estiver a falar de uma situação de crianças que já por si têm escalão, por isso, à partida e esperando que a Segurança Social faz o seu papel, estamos a falar de crianças que necessitam. Por isso, eu acho que sim senhor, que faz todo o sentido a Câmara fazer este serviço nas freguesias onde não há nenhuma entidade que o assegure, porque é necessário, agora a minha sugestão que volto a dar, é que, deveria de haver uma contrapartida nas freguesias onde os pais não têm este serviço prestado pela Câmara, ou seja, os pais continuariam a pagar o mesmo valor que se paga nas restantes freguesias, e a câmara deveria de apoiar e suportar aquela diferença face ao escalão, A, B, ou até para quem não tem escalão, mas fazer valer fazer aqui esta diferença. Por isso na última assembleia onde introduzi este assunto, foi-me referido que o motivo pela qual a câmara assegurava, era nas freguesias mais pequenas. OK, aceito. Mais uma vez a câmara faz o seu papel, e muito bem, que é assegurar quando ninguém quer. Agora, não posso é aceitar que haja estas diferenças e a câmara tem que arranjar aqui uma forma de compensar, porque são valores muito grandes." -----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----No uso da palavra proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Boa noite a todas e a todos. Na pessoa da senhora Presidente, doutora Clarisse Louro cumprimento todas e todos os presentes. Poderia falar hoje de vários problemas de que nós temos conhecimento pelo concelho, situações desagradáveis, etc. Mas minhas senhoras e meus senhores, senhora Presidente e senhor Presidente da Câmara, hoje venho aqui falar do maior problema que nós temos no concelho de Porto Mós. A Saúde. A falta de médicos. Já foi abordado aqui, mas eu queria dizer que na minha freguesia, Alqueidão da Serra, Mira de Aire, Mendiga/Arrimal, inclusive na sede do concelho, onde deviam estar 5, 6 médicos, existe um. Isto é um problema que acontece,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que sei, senhor Presidente, não é da sua responsabilidade. Senhor Presidente, eu atrever-me-ia a dizer que o senhor trocaria muitas obras se lhe prometessem sucesso, se lhe dissessem assim, "senhor Jorge Vala, amanhã, o senhor tem aqui 6, 8 médicos. Quais são as obras senhor nos dá em troca?" O senhor se calhar, daria estas obras todas, sem reticências nenhuma e teria o nosso apoio todo. A situação é grave, é gravíssima. Houve uma manifestação há umas semanas, promovida pela Associação Urgente. Já foi dito aqui que estiveram alguns, sentimos que a Urgente não esteve presente, porque entende que isto é politiquice. Meus senhores e minhas senhoras, quando lhes faltar um médico, os senhores logo se lembram da política. Depois venham falar da política. Eu tinha tanta coisa para dizer sobre isto, mas, aproveito agora para dizer que, depois disto, temos aqui uma senhora deputada, a deputada Olga Silvestre, que se puder fazer alguma coisa no sentido da lei poder ser alterada, porque é os nossos enfermeiros e médicos que estamos a formar, porque é que não são obrigados a ficar aqui 2, 3, 4, 5, 10 anos em Portugal a servir-nos, porque é que nós andamos a pagar os nossos impostos e depois, eles fogem, com todo o respeito e eu não estou a dizer nada deles. Cada um procura as melhores possibilidades, mas todos perceberam o que quis dizer. Há muita coisa para se fazer. Senhor Presidente, eu sei que tem feito de tudo e repito, trocaria certamente muitas obras por isso. Isto não é política, temos um problema grave. "-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS):**-----

-----"Cumprimento a senhora Presidente da Mesa da Assembleia e em nome do senhor Presidente, sintam-se todos os presentes cumprimentados. Trago aqui duas preocupações de muitos munícipes, que é esse, penso, também o nosso papel principal enquanto membros desta assembleia. Um deles tem a ver com a publicação nas redes sociais, nesta semana, da empresa Mentis Brilhantes, que publicou um anúncio em que pedia dois professores para lecionar nas AEC's, um para Porto de Mós e outro para o Juncal, portanto, simplesmente dois professores, nem sequer referia para que áreas de ensino seria para lecionar. A questão que coloco é, no sentido de avaliar junto do executivo que acompanhamento está a ser dado a estes casos, uma vez que, ao longo do ano letivo vimos que os professores das AEC's continuam a ser substituídos, portanto, há uma rotação enorme desses recursos humanos e também a questão das áreas em que lecionam porque, segundo os pais, e a preocupação que têm transmitido, é que houve no início um compromisso em reuniões, com as áreas que seriam lecionadas e depois ao longo do ano, não é isso que se verifica, portanto, era para saber qual o ponto da situação e que acompanhamento está a ser dado. Um outro caso de preocupação, que já foi trazido também na anterior assembleia, em que eu por motivos pessoais, não pude estar, que tem a ver com o abastecimento de água na aldeia de Chão Pardo, na freguesia do Juncal. Continua a ser um problema com que se vem deparando há vários anos. Já percebi agora por um documento mais recente da Câmara Municipal, do executivo, que está em fase de projeto, relacionado com essa rede de água, mas o que eu queria aqui hoje, era sensibilizar o senhor Presidente para este caso, que é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupação enorme do munícipe, que é em pleno século XXI, já todos nós nos habituámos a ter água nossas torneiras, e é muito difícil quando um dia não temos, mas muito mais difícil quando a maior parte dos dias do ano, não temos. Uma sensibilização para este caso, em que, hoje em dia tanto se fala da água, de todos os cuidados que devemos ter na sua poupança, ou no seu não desperdício, e se calhar, devíamos começar por aí, em vez de antes de começar a poupar, começar a não desperdiçar. Assim, sensibilizar, dentro daquilo que for possível ao executivo, acelerar todo esse processo, para ver satisfeitas essas necessidades. "-----

*-----**Isa Filipa Ferreira Vala (PSD):**-----*

-----"Muito boa noite. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Clarisse Louro e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto Mós, e todos os presentes. Cumprimento também quem nos acompanha através de redes sociais. Quero enaltecer este município por se ter mostrado mais uma vez amigo dos jovens. A criação e implementação do Jovem Autarca é exemplo disso. Como já tive oportunidade de referir algumas vezes, é bom que o nosso concelho se preocupe em chamar os jovens a intervir, a ter uma missão e a sentir orgulho, a ter uma participação de forma ativa. Para os jovens terem esta forma de estar no nosso concelho, tem que sentir apoio, e este é o exemplo. O município tem que continuar a ser amigo dos jovens e a caminhar junto deles. Quero assim, dar os parabéns a todos participaram e de desejar um excelente mandato aos eleitos. Dar nota que a JSD de Porto de Mós, tem-se esforçado para, independentemente da cor política, chamar os jovens a participar, a intervir e a contribuir com as suas melhores ideias. Todos juntos, construirmos um presente melhor e sem dúvida um futuro melhor."-----

*-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----*

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que, "eu vou voltar a falar outra vez no problema da luz elétrica das ruas. Eu não sei se o resto do concelho tem os mesmos problemas que a freguesia de Juncal tem, mas só eu é que falo, portanto, é só o Juncal que tem estes problemas. E continuamos na mesma. Nada se têm resolvido quanto ao problema do Juncal e da freguesia sobre a luz pública. Gostava que a esta Assembleia ou a Câmara, interviessem, junto de quem de direito. " A segunda questão que colocou, tem a ver com a colocação de marcos por todo o concelho, nomeadamente na sua freguesia, perguntando qual o seu significado. Em terceiro lugar, perguntou pela situação da Rua da Farmácia, pois há uns quatro meses que lá estão abertos buracos que se diz que é para fazer ligações, mas isso nunca mais se resolve, havendo muitas críticas sobre este estado de coisas. Disse ainda que uma coisa que queria chamar a atenção e que considera uma vergonha em pleno século XXI, é que a EDP andou nessa rua a pôr postes novos, colocando-os no meio de uma valeta. Disse que isto não se admite e que devia haver algum tipo de reclamação por parte da Câmara ou da Junta de Freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Dulce Maria Amado Custódio (PSD):**-----

-----Usando da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, e na sua pessoa todos os presentes. Vivemos tempos desafiantes que exigem de nós mais proatividade e, acima de tudo, um maior planeamento do futuro, não só para proteger a natureza que nos rodeia, mas, acima de tudo a nossa vida. Com a atual conjuntura de falta de chuva, já todos percebemos que, realmente a água, será o novo petróleo muito em breve, e é por isso urgente que cada um, faça da sua preservação um objetivo a curto, médio e longo prazo. No anterior mandato, este executivo iniciou uma reforma que há muito era urgente e necessária: a substituição gradual da canalização obsoleta e estragada que provoca um desperdício de tal forma que, em muitos meses acaba por ser superior ao consumo de água dos munícipes. Isto é muito, muito grave e muito importante falar disso. Muitos parabéns, senhor Presidente. É preciso coragem para fazer o que tem que ser feito e todos sabemos que estas obras de substituir canos, não têm visibilidade. Antes pelo contrário, atrapalham e muito, quem anda na estrada. Mas também todos sabemos que cada vez mais, são mais importantes, passe a redundância, e urgentes. Eu atrevo-me a sugerir que o continuem a fazer, de uma forma ainda mais célere e preventiva, acima de tudo preventiva, antes de rebentar o cano, que haja um plano para ir substituindo todos aqueles, que se sabe, já deveriam ter sido substituídos há muito tempo. Creio que, tendo em conta tudo isto, é altura de também apostar numa campanha de sensibilização intensa, a todos os munícipes, para que façam a sua parte e que cada um que seja incentivado a fazê-lo - não é só a Câmara nem a Junta que tem essa obrigação - e a sua parte é a poupança da água também. Porque não valorizar os novos projetos de construção ou reconstrução de uma casa que já tenham um reservatório para as águas pluviais? É importante valorizar estas boas práticas cada vez mais. Nos anos 60, nas freguesias da serra, em Serro Ventoso e na Mendiga, foram construídos, os famosos telhados de água. O que é certo, é que estes reservatórios, ainda hoje abastecem com água da chuva, as suas populações. Com este simples exemplo, eu quero-vos dizer, que no século XXI também podemos fazer os nossos telhados de água. A freguesia de Serro Ventoso há dois anos atrás, adquiriu um terreno de lapiás, com potencial para fazer mais um reservatório, e eu espero honestamente, que esse objetivo continue de pé e que seja executado ainda este mandato. Porque é por aí que tem que ir o caminho. É por aí que é o caminho. Eu desafio todas as juntas de freguesia a olharem à volta e, aliás, todas as pessoas que aqui estão, a olharem à sua volta, e verem realmente, como é que podem ser uma mais-valia e um exemplo de boas práticas. Estou a terminar. Era mesmo esta a minha mensagem. Não se esqueçam que a água é um bem finito, e também é um bem que pode definir a nossa sobrevivência. Muito obrigada.-----

-----**Mário Alberto Rosa Cruz (PS):**-----

-----No uso da palavra começou por “cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na sua pessoa, todos os presentes, para abreviar. Desde já, também saudar as pessoas lá em casa, e, este início das transmissões das assembleias municipais, pelas redes sociais do município. Queria dar aqui uma pequena nota e fazer uma pergunta ao senhor Presidente. Ainda hoje, nem de propósito, falava com o Dr. António Carvalho, ex-deputado desta casa, ex-membro desta casa, sobre a questão do regulamento do apoio ao associativismo, principalmente às associações desportivas. Foi uma luta do Dr. António Carvalho, aqui por várias vezes. O senhor Presidente, outras tantas vezes, foi dando respostas, de que a Câmara estava empenhada em reformular toda esta regulamentação e torná-la mais equitativa e mais justa. Em que ponto é que está? Porque ainda hoje, falando com ele, parece que não se saiu das boas intenções. A outra questão de que eu quero falar, e de que já hoje aqui se falou muito, e não me quero alongar demasiado, não deixo de achar piada, ali ao meu colega, deputado Félix, quando diz que a questão da Saúde não é para politizar, mas a intervenção dele foi tudo, menos apolitizada. Gostaria de saber, e senhor Presidente já falámos aqui várias vezes, que isto não é um problema só do município de Porto Mós, é um problema a nível nacional, os médicos de família ou a especialidade em causa, não produzem ao ritmo que a população necessitaria, de todo o modo, as práticas dos vários municípios também ajudarão ou não, a manter aqui, a fixar aqui ou ali, médicos. Temos o caso de uma médica no concelho de Porto de Mós, que há bem pouco tempo se deslocou para a freguesia leiriense de Regueira de Pontes, e deslocou-se por uma razão muito simples, porque essa freguesia, o Presidente dessa Junta de Freguesia, oferece em termos de complemento habitacional, alimentação e outros meios, melhores condições a essa médica. A razão é simples! Não vejo em que é que Porto Mós, em termos de dimensão, localização e outros aspetos, perde para freguesias como esta. E, portanto, nessa luta, estamos todos, mas temos que estar todos de uma forma a encontrar soluções, e se essas soluções passarem por apoios diretos à fixação de profissionais de saúde, pois que assim se faça. Muito obrigado."-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----"Boa noite senhora Presidente da Assembleia Municipal de Porto Mós, caro colega da Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Presidentes de Junta, caros Deputados Municipais, público aqui presente. E é impossível não cumprimentar e deixar uma palavra de apreço ao público que está em casa, e congratular que finalmente possamos ter as assembleias municipais transmitidas remotamente, algo que se calhar, gostaríamos que tivesse acontecido mais cedo, mas finalmente aconteceu e é de valorizar, portanto, é um momento de proximidade também com todos aqueles que estão à distância, que podem participar civicamente de uma forma mais ativa, com outro conhecimento, portanto, obrigado a todos aqueles que tornaram isso possível, e além disso, obrigada a quem uma sexta-feira está disponível para me estar a ouvir. O assunto, não querendo aqui demorar muito tempo, mas é inevitável, todos sabem que o assunto é um assunto que me toca também a nível pessoal e a nível profissional. Nós estivemos, no outro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandato sempre falar, tivemos uma situação pandémica em que falámos de saúde, mas nós falamos de saúde em Porto de Mós, porque realmente a situação é muito complicada. Vivemos tempos muito difíceis e o pior disto tudo é que não estamos a ver uma solução à vista. Custa-me trazer novamente o assunto, já o trouxe mais vezes. Voltamos a falar de saúde. Já foi falado nesta Assembleia Municipal hoje. Acredito que, provavelmente, mais algum dos colegas deputados, poderá falar sobre isso, a questão é que nós precisávamos de soluções. Nós sabemos o caminho, sabemos a solução, mas isso não foi feito no passado. Desde a última assembleia até agora, tivemos eleições, não temos ainda a Governo constituído, mas mantem a maioria, portanto, se não deu resposta no passado, que resposta é que nos vai dar agora. Queria questionar o executivo e também o senhor Presidente, se haverá aqui alguma estratégia, para que possamos, em consenso, também enquanto Assembleia Municipal, associarmo-nos a essa estratégia delineada, qual é o plano de atuação, o que é que ainda podemos fazer, o que é que está ao nosso alcance, sabendo que algumas das medidas que até podem ter sido aqui enumeradas, estão completamente fora do alcance de um município, porque precisamos do Estado Central a atuar. Não será o município que irá contratar médicos, como é óbvio, e essa é a nossa maior carência. A grande dificuldade para os nossos munícipes, estamos a falar de pessoas que não têm controlo de uma doença crónica, por exemplo, não podemos atuar ao nível de prevenção de saúde, portanto, estamos a falar de situações dramáticas e urgentes, em que temos realmente de atuar e fazer alguma coisa. Obrigada a todos. Boa noite."-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----"Senhor Presidente, muito boa noite. Vou tentar ser o mais sumário possível, cumprimentando todos os que se encontram aqui na sala, independentemente do cargo e da qualidade em que aqui estão. Esta minha intervenção tem por objeto realçar a forma como muitas vezes, o relacionamento que o senhor Presidente da Câmara tem, quando faz as suas comunicações aqui na Assembleia. E como muitas vezes, nós estamos aqui e não podemos responder, porque, enfim, isto então aumentaria os 3 minutos, e eu vou tentar cumprir e dou-lhe os meus de parabéns, porque, de facto, esse é o caminho a seguir. Eu tenho aqui vários exemplos para dar, e na última assembleia assisti a mais um, que é o senhor dizer, "eu só tenho um assessor, isso de assessores era noutra tempo". No outro tempo, senhor Presidente da Câmara, o seu antecessor, e quem foi antecessor do anterior Presidente da Câmara, tinham, de acordo com a lei, duas pessoas, cujo estatuto está previsto no Estatuto do Eleito Local. O senhor só tem um porque o senhor quer. Queria perguntar, qual é a função que o senhor João Gabriel Amado, e depois do senhor lhe ter renovado o contrato, quais são as funções que exerce? É um assessor encapotado? É preciso as pessoas explicarem. O senhor tem legitimidade para contratar as pessoas que o senhor quiser, e ninguém lhe vai apontar nada. Há tempos o senhor disse, sem ninguém estar a contar, nem a falar nada sobre gasóleo e a meio da sessão disse, "desapareciam 5.000 litros de gasóleo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por mês." As pessoas ficaram, umas indignadas, outras de boca aberta, outras com vontade de saber. Explique lá explique! E o senhor, talvez porque se tenha excedido, disse que o gasóleo era para as Juntas de Freguesia. Se tem algum ajuste o com o passado, faça queixa ao Ministério Público, e o Ministério Público investiga, porque estar a falar em sumiço de gasóleo, as coisas não podem ser faladas assim. E depois, foram os edifícios da câmara que nós deixamos ao abandono, e estava tudo a cair, e etc. etc. etc. Depois disse que no ano 2017, o executivo gastou três milhões em alcatroamentos. Pedi-lhe a documentação, agenda, faturas. Apurado tudo aquilo que se tinha que apurar, foram seiscentos e cinquenta/seiscentos e setenta mil euros, porque o restante foram arranjos urbanísticos, passeios, pequenas rotundas, etc. nas diferentes freguesias do concelho. Obviamente que essas obras foram feitas. Na última assembleia, a minha colega de bancada chamou a atenção para o funcionamento das AEC's, numa determinada escola. E chamou a atenção porque ela sente-se preocupada, porque é mãe. A resposta que foi dada em relação ao facto dos pais terem substituído os professores, que a empresa que a câmara contratou, deveria lá ter colocado, os professores das áreas que os senhores entenderam, a senhora vereadora vem dizer, "mas os pais podem dar aulas". Pois evidentemente que podem, eu também posso, e estar aqui e acolá, e etc., mas o que a senhora não pode é dizer, e esconder, que os pais substituíram os professores por inépcia da empresa. Eu só queria dizer que muitas vezes o debate que é feito aqui, é um pouco polarizado, às vezes acresce alguma intolerância a quem está deste lado e é oposição, mas eu acho que o senhor é maioria legitimamente e tem 4 anos para executar tudo aquilo a que se propõe, mas quem governa só se legitima porque há uma oposição. Não tenha dúvidas, disso. Obrigado. "-----

-----**Sandra Marisa Ferreira de Sousa (CH):**-----

-----"Boa noite a todos. Saudação especial para o senhor presidente da Câmara, Dr. Jorge Vala, Vice-presidente, mais elementos da vereação do executivo camarário, senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Clarisse Louro, e restantes elementos da Mesa, público em geral, jornalistas presentes e funcionários da Câmara, excelentíssimos senhores Deputados e Presidentes de Junta. É com profundo agrado que verifico o cumprimento de uma das medidas, também postas no meu programa, o da transmissão em direto para todos os portomosense que, comodamente em suas casas, podem assistir a toda a ordem de trabalhos celebrada nesta casa da democracia. Gostaria de ver esclarecidas algumas situações: a nível social, qual o ponto de situação da construção do CASSAC. Questão de saúde, deparamos com problemas de falta de médicos, como município bem se tem esforçado para os requisitar, queríamos uma maior pressão junto da direção geral de saúde, para que esta situação fosse resolvida com urgência. Quanto à manifestação, não pude estar presente, porque estava na altura com Covid. Congratulo a medida dos seguros de saúde participados pelo município, mas é deveras insuficiente. Para quando uma fixação de um posto de socorro voluntário deslocado de Porto Mós nas zonas serranas, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

auxílio das freguesias de Arrimal e Mendiga, Serro Ventoso e São Bento? Tive uma situação de um acidente em frente à minha casa, não foi comigo, mas presenciei isto, chegou primeiro o reboque e só depois é que chegou a ambulância, portanto, 45 minutos de espera, já para não falarmos de acidentes graves que acontecem em pedreiras, que necessitam de socorro rápido, em alternativa, a aquisição de desfibriladores e formação de voluntários para manuseamento especializado em reanimação e suporte básico de vida. Acho que é primordial, pensarmos, na saúde em 1º lugar. Nos últimos tempos, muitos casos de AVC e morte súbita, ainda por causas desconhecidas, têm sido reais. Temos de refletir sobre eles, ou por falta de consultas de diagnóstico, ou reações adversas à vacina ou por outros motivos, mas é essencial, pensarmos em alternativas. Quanto às infraestruturas, para quando está prevista a requalificação da Nacional 362 entre o lugar de Cabeça Veada e Serro Ventoso? Este troço foi esquecido? Sei que é da competência do Instituto Estradas de Portugal, mas podiam fazer alguma pressão e ser aproveitada a continuação, uma vez que eu sei que vai ser iniciada entre Alcanede e Valverde, nos próximos dias ou semanas. Portanto, acho que podia ser aproveitada a sua continuação. Existem ruas na localidade de Portela de Vale de Espinho por alcatroar. Por exemplo, sair de uma casa de uma família em que existe cadeira de rodas e eles não podem, não têm grandes acessibilidades, acho que era uma prioridade. A estrada que liga Telhados Grandes a São Bento para quando o seu início? Acho que precisa de urgente intervenção. Quanto à seca, precisamos de medidas extraordinárias. Eu acho que devem ser concedidos apoios agrícolas e deve-se pensar nos apoios à pecuária, por exemplo, ajuda monetária/financeira para ração, uma vez que o pasto tem sido escasso para as vacas. Na educação, gostaria também de questionar se já existe, e fazendo parte também da Comissão de Pais da Escola Primária de Mendiga, se está a ser pensado um estacionamento. Não sei em que ponto está a situação, se existe, se está a ser concessionado, se já está a ser prevista a compra do terreno lateral. Por fim, no setor da Cultura, gostava de fazer aqui um desafio, lançar um apelo ao nosso Presidente de Câmara e Vice-presidente, também vereador da Cultura, para quando uma visita institucional aos nossos emigrantes, à nossa comunidade Sãobentonenses, de Alvados e não só, nas festas que existem, por exemplo, na cidade de Montreal e na cidade de Hartford. Fica lançado o apelo à visita a essas comunidades que, com alguma frequência, questionam, para quando uma visita."-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, bem como as pessoas que em casa, acompanham esta sessão pelas redes sociais, começou por dizer que, "Queria só pôr aqui dois ou três pequenos pontos, ao senhor Presidente da Câmara, e começava pelo saneamento na Cumeira, Albergaria, Boeira e Cruz da Léguas. Isto é uma obra com promessas há muito tempo, e as pessoas, por vezes, vão questionando, vão dizendo que, promessas atrás de promessas, o que é certo, é que a obra vai sendo adiada, vai andando para a frente e que tarde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou nunca vai ser feita. Recordamos que a seguir à Cumeira de Cima existe a Cumeira de Baixo, que é pertença do concelho de Alcobaça e aí já existe saneamento. É essa uma das razões que levam as pessoas a pensar, porquê até ali, e depois da fronteira, deixa de haver saneamento. A questão que eu punha aqui ao senhor Presidente, era se poderia de uma forma geral, dar uma palavra de esperança a estas pessoas que não acreditam, que dizem que têm dúvidas, e qual é que é o ponto da situação desta obra. O segundo ponto é a zona industrial do Juncal. De zona industrial aquilo tem pouco. A empresa que se instalou naquela zona, praticamente ocupa toda a zona industrial. O próprio caminho ou a própria rua, da zona industrial que depois passa pela rotunda, tudo está ocupado por essa empresa. A questão é a seguinte: será que essa empresa comprou todos os lotes que existiam na zona industrial? Eu parece-me que, na altura, haviam lotes vendidos e havia outros para vender. O que é certo, é que, a partir do momento em que aquela empresa para ali foi, ela, ou através de tratores, ou através de máquinas, ou através de qualquer coisa, tudo está ocupado e tudo está devastado. Será que o Juncal vai ficar sem zona industrial? Foi um anseio durante muitos anos, de muita gente que trabalhou, que se esforçou para que houvesse uma zona industrial no Juncal e agora parece-nos que vamos ficar sem zona industrial. Qual é que é a posição da Câmara, qual é que é a posição do executivo? Por fim, e para terminar, a Casa Calados. A Casa Calados é aquela situação que nós conhecemos de há muitos anos a esta parte, foi um grande investimento feito por um executivo que passou por esta Câmara Municipal, e de então, para cá, nunca mais se fez nada. Há uma promessa deste executivo de que iria levar por diante, desta vez, é que ia ser, a renovação da Casa Calados, e eu perguntava ao senhor Presidente, em que ponto é que está, o que é que nos pode informar que em relação a esta situação. Obrigado."-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----“Boa noite a todos. Começo por cumprimentar a Mesa, na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara, e na sua pessoa, todos os vereadores, todos os elementos da Assembleia Municipal aqui presentes, o público, os funcionários do município, a imprensa e o público em casa, que nos assiste hoje, à distância. Quero-lhe perguntar senhora Presidente, quanto tempo é que eu tenho, porque cedi algum do meu tempo ao meu colega.” A senhora Presidente da Assembleia respondeu que tinha 3 minutos, a agora dispõe de dois minutos e meio. Continuou dizendo que “vou tentar não o usar todo, porque a minha intervenção, não tenho aqui nenhuma questão para colocar, nem trago hoje preocupação de nenhum munícipe, os meus colegas já o fizeram por mim, mas venho aqui dar-lhe os parabéns, senhora Presidente, e venho dar-lhe os parabéns, porque julgo que o facto de termos hoje aqui, a transmissão online desta assembleia, é um sinal muito importante da boa convivência democrática, e da sua boa convivência democrática em particular, porque eu não me esqueço que, logo após as eleições, se dirigiu a mim, disse que havíamos de conversar, trocar algumas impressões, e que uma das coisas que eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sugeria no meu programa, uma das primeiras coisas que pretendia implementar, até porque já tinha sido também diversas vezes solicitado pela bancada do P.S., era esta questão da transmissão online. Portanto, felicito-a por essa iniciativa, felicito-a por esta boa relação que promove com as diversas forças políticas e felicito toda esta assembleia, porque, de facto, hoje estamos mais próximos da nossa população. Espero que isso traga, de facto, o maior interesse das pessoas por aquilo que nós discutimos aqui, que possa levar também uma maior participação e agradeço-lhe, de facto, essa boa convivência democrática, que espero que continue, e perdure por todo o mandato. Muitos parabéns. Obrigada.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que passou a responder às questões colocadas pelos anteriores intervenientes.-----

-----"Vou tentar ser o mais sucinto possível, começando por responder a quem me colocou a questão da situação dos animais vadios, que foi o Presidente da Junta de Alqueidão da Serra. De facto, já foram apanhados alguns animais no Alqueidão da Serra. Segundo me diz o senhor Vice-presidente, na semana passado, a viatura voltou lá para tentar apanhar outros animais. Sabemos inclusive, que um ou dois tinham chip e, portanto, tinham dono, os outros não tinham. Apesar de termos melhorado as condições de vida animal, acaba por nos acontecer aqui um acentuado número de animais, que são erróneos, e de alguma forma perturbam as comunidades, sobretudo essas comunidades rurais. Vamos com certeza, continuar a ouvi-lo aqui, com as suas preocupações, que são também as nossas, mas vamos tentando fazer o melhor sobre esta situação. Sobre a questão do saneamento, preciso que me identifique quais são efetivamente os potes, porque nós temos um contrato com uma empresa que faz manutenção e limpeza a esses potes, e, por vezes, pode ser ali uma situação de acumulado ou de arranjo do próprio pote, e podemos ver essa situação rapidamente. Sobre a questão do brio, nos pequenos arranjos. Eu tenho mesmo muito respeito pelos funcionários da Câmara. Acredito que eles fazem o melhor que podem. O melhor que, muitas vezes, podem, é menos do que aquilo que, eventualmente é aos olhos das pessoas, o melhor, mas acredito que eles quando vão, vão com vontade de fazer o melhor e temo-lo conseguido na maioria das circunstâncias. Por vezes, as coisas não acontecem como nós queremos, por diversíssimas razões, mas, pelo menos, temos a consciência de que temos equipas organizadas para darem essa resposta, sempre que necessário. Sobre a cobertura telefónica, foi falado por mais que um Presidente de Junta, foi falado também pelo Presidente de Junta do Juncal. O nosso compromisso e o protocolo que firmámos, é sobre fibra ótica. O protocolo de cobertura de rede, a própria entidade reguladora concessionou o serviço ou os serviços dos chamados serviços mínimos ou serviços sociais, a uma das operadoras. A operadora não fala connosco, nem nos responde e, portanto, aquilo que são os investimentos em curso para 5 G, mais uma vez colidem, com a falta de investimento, para haver sequer, rede de voz. E isto é dramático

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para um concelho que tem, a situação geográfica que nós temos, e a orografia que temos, e que complica ainda mais, a oferta da rede móvel. Vamos tentar terminar o processo, que é o do compromisso de ter um todo o concelho coberto com fibra ótica. Vamos em simultâneo, tentando insistir que as operadoras possam investir nos chamados sites de 4 G, no entanto, esta é uma situação que eu reconheço que é bem mais complexa. O Carlos Cordeiro também falou da Saúde e várias outras pessoas falaram na questão da Saúde, e nós efetivamente o que temos no concelho de Porto de Mós é sem dúvida, transversal ao país, nuns sítios melhor, noutros sítios está pior, o nosso está pior do que nos sítios piores, portanto, temos, como foi dito, em Porto de Mós, o Centro de Saúde sede, sem qualquer médico. Neste momento, temos um médico, mas este médico, aparentemente, e eu não quero especular, fui informado de que meteu baixa, portanto, sendo assim, temos, pouca resposta no Centro de Saúde sede, que é aquele que dava resposta, nomeadamente a receituário de Arrimal e Mendiga e Alqueidão da Serra. Esta situação, é uma situação que temos vindo a alertar, como sabem, inclusive por esta Assembleia Municipal. Temos a Delegada de Saúde ainda de baixa médica, temos os outros médicos de baixas prolongadas, foi-nos atribuído a Dr^a Delfina Carvalho. A responsável pelo ACES Pinhal Litoral, solicitou para Porto de Mós, quatro médicos de família. Foi atribuído apenas um médico e a ARS disse-nos em Conselho Municipal de Saúde, que não atribuíam mais médicos, que não havia médicos. Eu considero isto um absurdo, porque, qual é que é o problema do Ministério da Saúde de atribuir quatro médicos. Se não há médicos, ficamos com a expectativa e ficamos com o lugar em aberto. O que é facto, é que esse médico, efetivamente foi colocado, só que, ironia do destino, ou não, é uma médica que está de gravidez de risco e vai ficar ausente, provavelmente mais dois anos. E aquilo que nós vamos tendo aqui, são situações destas, que não conseguimos responder, porque voltamos outra vez a uma discussão que já aqui tivemos. O modelo que temos em Porto de Mós, não permite as mobilidades sem concurso. O modelo de USF tem duas coisas. Tem efetivamente a possibilidade de contratar, como aconteceu à Novos Horizontes, que é a USF do Juncal, que veio aqui à UCSP contratar o coordenador e levá-lo para lá, sem que ele tenha sido substituído, e contratar uma enfermeira levá-la para lá, curiosamente até estava no Alqueidão, sem que tenha sido substituída. E, portanto, este é um modelo melhor, de facto, tem uma gestão autónoma e, por isso é que foi daqui uma médica para Leiria para uma USF, e que depois, o senhor Presidente de Junta, lhe deu condições para ela ficar. No dia em que vier para aqui um médico, que queira ficar, se essa for a questão, deixa de ser questão de imediato. Não há problema nenhum. Esse nunca foi um problema. O problema é que os médicos não vêm para cá. Nós tivemos aqui médicos que foram embora mobilidade, com promessa de substituição, e que nunca foram substituídos, mas que quando fizeram três meses de Centro de Saúde de Porto Mós, solicitaram a mobilidade e começaram a pressionar para a mobilidade. São médicos do norte, são médicos não tem a vida aqui, que não querem fazer a vida aqui e que precisam de um vínculo ao serviço público, por forma a garantir o seu vínculo. Na véspera da manifestação, fomos contactados pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coordenadora do ACES Pinhal Litoral, que iria contratar, tinha autorização do Ministério da Saúde para contratar um médico para o Centro de Saúde de Porto de Mós. Esse médico foi contratado, está a exercer funções aqui no Centro de Saúde de Porto de Mós, mas, às vezes, ficamos com a sensação de que é para brincar connosco, este médico vem uma vez por semana. Uma vez por semana, não sei donde, trabalha das 9 às 5 da tarde e nem sequer as consultas de intersubstituição faz, que é exatamente o serviço, que não é acompanhado por nenhum médico do Centro de Saúde de Porto de Mós, aos utentes de Arrimal e Mendiga e também aos utentes da do Alqueidão da Serra. E, portanto, esta situação da Saúde, em Porto de Mós, já aqui foi dito no anterior mandato, só se consegue resolver se tivermos efetivamente todos a mesma vontade, a vontade de a resolver, se esta Assembleia Municipal quiser dar as mãos no sentido de podermos pressionar acima de nós, porque se transformarmos este problema da Saúde, numa situação em que uns estão de um lado, e outros estão de outro, por razões eventualmente políticas, nós nunca mais o resolvemos, ou, dificilmente, o conseguimos resolver. Eu não consigo fazer muito mais. Eu não consigo fazer muito mais. Eu já bati todas as portas. Já pedi, inclusive, uma reunião ao Secretário de Estado, que ainda nem sei quem é. Portanto, esta preocupação é uma preocupação permanente. Temos infelizmente, muitos utentes, cujo receituário só está a ser cumprido, tendo em conta a excelente boa vontade das farmácias e temos médicos, os poucos que cá temos, a trabalharem de noite e de dia, para poderem cumprir e satisfazer estas pessoas. Isto não é vida. Temos uma médica, que é uma médica mais jovem, que se foi embora e que nos disse que estava esgotada, que não conseguia trabalhar mais nestas condições. Este é o panorama que nós temos, este é o problema que temos para resolver, esta é a situação em que temos de estar todos juntos, com o sentido de apontar a nossa intervenção, para que ele seja efetivamente resolvido, embora eu não vislumbre. Não há medidas mágicas. O Dr. Mário Cruz, disse e bem, que não há médicos que cheguem no Serviço Nacional de Saúde, mas saem médicos que cheguem, formados. O problema é que só cerca de 40 a 50% desses médicos, é que ficam no SNS, tendo em conta as condições. O privado e o estrangeiro, oferecem melhores condições. Se assim é, e se esses médicos, na sua grande maioria, querem ir para as USF's, a pergunta que eu faço é, então porquê deixar nas mãos dos profissionais de saúde, eventualmente das autarquias que têm colaborado e que estão sempre de braços abertos, mas, sobretudo, deixar nas mãos dos profissionais de saúde, esta coisa de criar USF's. Se já se identificou que o melhor modelo existe é a USF, que se determine por lei, que se crie a legislação para que todos, mas todos, os Centros de Saúde, passem a funcionar em USF. Neste momento, vive-se aqui, uma campanha na região para que as pessoas não vão ao hospital. O hospital não consegue dar resposta. As pessoas vão ter que ir ao hospital com um pico de febre, uma dor de cabeça ou com uma dor de barriga, situações que são habitualmente tratadas num Centro de Saúde. Os utentes de Porto de Mós não têm alternativa. Têm que ir para o hospital e aguentar lá doze horas, como ainda há dias, tive um familiar que esteve doze horas à espera no Hospital de Leiria. E eu não crítico. Não há capacidade para dar resposta na urgência do Hospital

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Leiria a doentes, que são doentes de Centro de Saúde e infelizmente, nós somos. O Carlos Cordeiro falou também na questão do campo de padel. O nosso projeto da Várzea, do outro lado do Parque Verde, que brevemente será apresentado, contempla exatamente quatro campos de padel. Sobre a questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, esta questão dos monstros, tem sido amplamente divulgada, com a divulgação do número de telefone. As pessoas se quiserem, há um dia por semana, em que o carro da Valorlis vai recolher os monstros. Mas se eventualmente, as pessoas tiverem necessidade, de um dia para o outro, telefonem para o número que está definido, telefonem, porque nós conseguimos que a viatura, no dia seguinte, vá fazer recolha dos monstros. Isto é falta de civismo. Isto é daquelas coisas, que infelizmente, a resposta que damos nunca é suficiente para estas pessoas, porque estas pessoas, no dia a seguir, voltam a fazer o mesmo ou pior. Sobre o Vamós, o que temos neste momento, é um modelo que foi criado em 2018. Estamos a aguardar o concurso público internacional para a rede de transportes de toda a região de Leiria, onde se inclui a ligação a grande parte, se não à totalidade, das freguesias do concelho, através desta viatura, que não faz mais porque depois, os horários não são compatíveis com aquilo que são as necessidades das pessoas, já assim dificilmente são. O nosso objetivo e o que está no concurso, é que o serviço passe a iniciar-se substancialmente mais cedo e termine também mais tarde. Como sabem, agora este serviço é feito em complementaridade com os transportes escolares e nós pretendemos fazê-lo, distribuindo o Vamós, numa primeira fase, com dois autocarros, a fazer grande parte do concelho ou a totalidade das freguesias, com ligação à zona urbana, com ligação a outras redes de transportes rodoviários e tentarmos ligar o concelho de uma forma mais eficiente. A estrada de Vale d'Água, de facto, está a ser arranjada. A escola dos Casais Garridos tomámos nota. Sobre a questão da água, foi falado por várias pessoas. Na última fatura da água, já fizemos um apelo, no entanto, lançámos, que foi ontem apresentado aos senhores vereadores na reunião do executivo, um plano de sensibilização para a poupança de água. Este plano de sensibilização para a poupança de água, já começou há algum tempo por parte do município. Posso dizer-vos que o município de Porto Mós, nos consumos próprios, em comparação com Janeiro de 2021, em Janeiro de 2022 poupámos mais de 30%, em relação ao ano anterior. Vamos continuar a ter aqui contenção no consumo de água, aliás, não tendo chovido, precisamos de continuar a fazer regas, mas fazemos regas de uma forma diferente e também mais controladas. Temos uma campanha de sensibilização a vários níveis, sobre os variadíssimos temas que têm que ver com a água. Esta campanha está, a ser elaborada para depois ser divulgada através dos vários canais, dos mupis, de outdoors, os meios de comunicação, no nosso site e também nas redes sociais, e vamos voltar a insistir com o flyer na fatura da água. Esta questão da sensibilização começa na escola, e vamos lançar um concurso, que visa premiar as escolas com melhor desempenho na redução do consumo de água, mas também de energia. Estamos a elaborar as normas e prevê-se arrançar já no início do mês de Março, portanto, esta é a novidade. Entendemos a importância de sensibilizar também os mais pequenos, que são aqueles

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que habitualmente levam a mensagem com mais facilidade lá para casa. Há aqui duas ou três respostas que têm que ver com a educação, e eu vou pedir à senhora vereadora da Educação para dar aqui a resposta aos senhores deputados. Ao Félix sobre a falta de médicos já respondi. Esta questão do abastecimento de água a Chão Pardo, foi colocada pela engenheira Cristina. Nós, de facto, temos um projeto de substituição das condutas de fibrocimento, mas estamos em simultâneo, a elaborar o projeto de saneamento básico que vai abranger o Chão Pardo, Casais Garridos e Andaínho, de forma a fazer já este troço de saneamento básico. Só queria fazer uma correção: não são, de facto, a maioria dos dias sem água. Chão Pardo não é, de facto, o melhor exemplo que temos no concelho, de vez em quando não tem água, efetivamente, mas não é todos os dias. Sobre a questão do Jovem Autarca, eu queria desafiar-vos a todos, a virem aqui às onze e meia da manhã, do próximo dia 17. Vai acontecer aqui, a cerimónia de tomada de posse dos 3 eleitos Jovens Autarcas. É um momento importante para o nosso concelho, vamos dar cidadania aos mais jovens e sobretudo, vamos sensibilizá-los para esta questão da vida pública, da vida autárquica, logo de novos. A vencedora, a Érica, é uma aluna do Instituto Educativo do Juncal, em 2º lugar ficou um jovem com 10 anos apenas, que fez uma campanha bastante aguerrida, em todas as escolas do concelho e ficou em 2º lugar, estes alunos tiveram todos votos em todas as escolas, e depois em terceiro ficou o Duarte Silva, aqui da Secundária de Porto de Mós. Estes três, a Érica presidente e os dois vereadores, vão ter uma equipa de assessoria, que vai trabalhar com eles, em equipa partilhada. Sobre a questão da luz elétrica, Joaquim Santiago, eu sou um bocado crítico relativamente a processos, e não quero aqui ferir suscetibilidades com o senhor deputado Rui Neves, por causa das contas com o passado. Eu aqui, posso estar à vontade, porque quem privatizou até nem foi o Partido Socialista no Governo, foi no Governo do PSD. Eu sou frontalmente contra as privatizações daquilo que é um bem público, porque entendo que, nenhuma empresa vai para um processo de privatização destes sem ter o princípio do lucro e, portanto, essa é uma das razões por que, enquanto nós aqui estivermos, a água nunca será privatizada. Vamos continuar a ter este esforço enorme, porque o mais fácil, e já tivemos essas ofertas, era haver investimentos de dez, quinze, vinte, milhões de euros, praticamente no imediato, porque infelizmente, estas agregações podem ir a fundos comunitários do POSEUR e o município estando sozinho, não pode ir, e não há forma de podermos candidatar, tem que ser um esforço de tesouraria do município de Porto Mós e, portanto, aquilo que temos, neste momento, é efetivamente, uma relação muito difícil com as entidades que gerem as redes públicas, e digo mais, tão difícil que, neste momento, o município de Porto Mós recebeu uma carta registada com aviso de receção, a denunciar todos os contratos que vencem até 31 de março. E mais, tão difícil, que, neste momento, a última fatura que recebemos, equivalente, em final de 2021, era de cerca de dezassete mil euros, uma fatura que não é de iluminação pública, é de contador, recebemos e pagamos no final do ano ou antes do final do ano, cerca de dezassete mil euros, e essa mesma fatura, com os mesmos contadores, em Janeiro de 2022, vamos ter que pagar mais de sessenta e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinco mil euros. *Eu tenho-a aqui se vocês quiserem ver. Este é o estado absurdo, da forma como, algo que é regulado e que está completamente desregulado, e está a cair de uma forma abrupta em cima de toda a população, e em particular, das autarquias locais, deste país. Direi, para fechar este tema, que infelizmente, o nosso país é um país pobre a fazer vida de rico. Fechámos centrais a carvão, fizemos muito bem, estamos a acautelar o futuro do nosso planeta, mas quero-vos dizer que não é justo os espanhóis estarem a vender energia a Portugal, produzida a partir de centrais de carvão, a partir de energia nuclear e nós a pagarmos com a língua de palmo. E, portanto, isto custa a todos, mas custa, sobretudo àqueles que estão aqui para gerir da melhor forma o dinheiro público, e quando chegamos ao fim das contas, o dinheiro público vai todo para interesses particulares. Isto, e fazendo aqui a extrapolação, para aquilo que há-de ser a iluminação pública, e vocês conhecem a disponibilidade de despesas de capital do município, nós não vamos pagar menos de cinco ou seis milhões de euros com a nossa iluminação pública, quando atualmente, pagamos um milhão. Eu quero saber, o que é que nós cá estamos a fazer. Passamos a gerir uma casa, que tem única e exclusivamente despesas fixas, e andamos a gerir um serviço, de uns para os outros, porque deixamos ter capacidade financeira para poder fazer aquilo que tão importante é, que são as melhorias e benfeitorias para melhor servir a nossa população. Joaquim Santiago, os marcos, são um projeto de recuperação, que fizemos, da identificação das estradas municipais. Nem tudo é digital. As estradas municipais, não tinham números. Nós fizemos este projeto em parceria e este projeto identifica quilometricamente todas as estradas municipais. Ainda vamos pôr nos marcos, nomeadamente nalguns deles, os principais, os primeiros, os códigos QR para as pessoas saberem onde efetivamente estão, e onde é que podem ir, e, portanto, será recuperar aqui uma antiga memória, que existia ao longo de todas as estradas, ultimamente, até nas nacionais já em desuso, as nossas, municipais, passarão a estar contempladas com estes marcos a identificar a quilometragem e o número da estrada. Eu concordo com os Telhados de Água, Dulce, concordo mesmo muito. Nós temos que transformar, aqueles que podem, as nossas casas em telhados de água, ou seja aproveitar as águas da chuva, quando há chuva, para podermos também fazer reserva dela. Mário Cruz colocou uma questão sobre o regulamento do apoio ao movimento associativo. O regulamento está pronto. Vamos levá-lo próximo Conselho Municipal de Desporto, para depois ser submetido a discussão pública e finalmente ser publicado. Andámos aqui algum tempo, porque fazer um regulamento destes, pegando no anterior, e sem lhe retirar aquilo que tem de bom, porque os regulamentos não se podem rasgar e mandar para o lixo, se acho eu, e transformá-lo num documento de apoio efetivo ao movimento associativo de agora. Isso é o que transmite o documento. Oh Dr. Rui Neves, eu já não falo aqui no passado, as contas com o passado, é o senhor deputado que vem aqui fazê-las. Eu nunca falei em cinco mil litros de gasóleo, diga-me onde é que foi, onde é que ouviu, ou a quem é que ouviu. E os alcatroamentos não foram três milhões, foi um milhão. E eu provei. Até mais que um milhão. E eu provei. Os edifícios ao abandono, é olhar. É ver! É ver os edifícios, é ver como é que eles estavam, alguns ainda estão,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infelizmente, e ver como é que eles estão agora. Portanto, não é muito difícil. Para não falar nas viaturas. Para não falar nas viaturas! Nós, ainda agora, mandámos oito ou nove viaturas para abate. É a lei da vida. Eu não me queixei. Eu não vim cá acertar essas contas com o passado. O João Amado Gabriel, faz-nos apoio na área da comunicação, não é meu assessor, até porque não está a tempo inteiro, e, portanto, não sendo assessor, não vai ficar no gabinete de apoio como assessor, ou como chefe de gabinete, como secretário, ou como o que for. Eu sei que posso lá meter quem quiser, de acordo com a lei. Agora também ninguém me pode proibir de o dizer. Eu tenho a liberdade de poder dizer, o Presidente da Câmara de Porto Mós, tem apenas um chefe de gabinete, e podia ter mais três ou quatro pessoas. Não tem! As razões, eu sei quais são, mas se eu quiser dizer, e digo, que é para poupar dinheiro ao município! E poupo muito! Se precisar de alguém, se for entendimento deste executivo, precisarmos mais alguém, havemos de contratar. Às AEC's, volta a ser a senhora vereadora a responder. Dr.ª Sandra, eu a si chamo-lhe, mas a mim não me chame Dr., eu não sou, e portanto, não faço questão. Falta de médicos já respondi. O posto voluntário de socorro, nós tivemos um em São Bento, exigia muita disponibilidade da população, da comunidade, era um posto avançado de Mira de Aire e foi descontinuado. Porquê? Porque as pessoas têm muito entusiasmo natural inicial, e depois quando chegamos um determinado momento, tudo são obstáculos e a resposta depois não existe. As pessoas, fazem conta de que a ambulância possa sair quando é necessária, e de repente, não há ninguém que a conduza, e portanto, achamos e defendemos, que é melhor um serviço eficaz onde ele está. Nós temos três corpos de bombeiros, para a dimensão do concelho, devemos ser o concelho que mais corpos de bombeiros tem, portanto, direi que estamos muito bem servidos a esse nível e aquilo que vamos tentar fazer no futuro, é junto dos próprios bombeiros, por exemplo, Porto de Mós, está a constituir mais uma equipa de intervenção permanente, para ter a capacidade de responder com a maior eficácia e segurança, possível. Os desfibrilhadores, nós fomos pioneiros aqui no distrito. Temos de desfibrilhadores e hoje, felizmente, praticamente toda a gente tem, porque é obrigatório, mas ainda antes de ser obrigatório, todas as instalações desportivas onde há prática de desporto federado, têm desfibrilhadores, assim como têm os bombeiros, e como têm outros equipamentos. Para além dos desfibrilhadores, que é um equipamento importante, nós pagámos a formação a todos os intervenientes, a todos aqueles que manuseiam o equipamento, e que, se não estou em erro, corresponde a cerca de quinze, portanto, se temos quinze, replicando isto por mais quatro ou cinco pessoas que o manuseiam, temos aqui no concelho, certamente, perto de cem pessoas com formação. Sobre a estrada dos Telhados Grandes, estamos a fazer o estudo para alcatroar. No anterior mandato alcatroámos de Serro Ventoso até São Bento. Este é um projeto que tem que ser feito de uma vez só, um investimento muito significativo. Até fui criticado na última reunião por termos colocado no orçamento quatrocentos mil euros para esta obra, e já chegámos à conclusão, todos, inclusive a Junta de Freguesia, que temos que reforçar a verba quando fizermos a obra. Vamos ver quando é que vamos fazer. A escola da Mendiga: quanto ao estacionamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está em curso uma solução. Como sabe, é uma Estrada Nacional, nós não podemos intervir da forma como queremos, mas está em curso uma solução diferente daquela que chegou a ser aventada. Está em curso uma solução que irá, na nossa opinião, solucionar em segurança, a paragem dos autocarros, a paragem para os pais deixarem os miúdos, e sobretudo, poder parar nos dois sentidos, quer dum lado, quer do outro. Estamos a trabalhar nisso, nós tivemos uma reunião com as Infraestruturas de Portugal ontem, onde abordámos esse tema e onde abordámos também o da Cumeira, o da Estrada Nacional 8, e abordámos também bem o da Estrada Nacional 243, em Mira de Aire. Sobre a questão do intercâmbio, nós estamos a tratar com o com o Herman Alves. O Herman Alves, é uma pessoa que gosta muito do nosso concelho, que investe cá, que investe na cultura. Temos feito parcerias excelentes e a próxima será, efetivamente, ir visitar as comunidades, numa missão que ele está a organizar. Só não aconteceu há 2 anos, porque aconteceu o Covid e limitou-nos aqui na ação e, portanto, logo que seja possível, ela acontecerá. Sobre o saneamento da Cumeira nós, de facto, chegámos ontem a um princípio de acordo com as Estradas de Portugal. Nós temos 210 atravessamentos na Estrada Nacional 8, e precisamos de ter garantias, não só da parte do acompanhamento, mas também depois, da parte da resposta em pavimentação. O acordo que ficou feito, é que, logo que a obra avance, o município terá que tapar os atravessamentos e depois, as Estradas de Portugal comprometem-se a fazer um tapete único, ao longo da Estrada Nacional. Dizer que a parte da Boieira está concluída, portanto, as pessoas já se ligaram e, neste momento, já foi aprovada em reunião de câmara, a possibilidade nós contrairmos um empréstimo, de empréstimo fala-se a seguir, de contrairmos um empréstimo, no valor de 3,5 milhões de euros, para avançarmos definitivamente, com este importante projeto. Ainda por falar em saneamento, o de Mira de Aire, de facto, está a aguardar financiamento. É um projeto que, infelizmente, não foi nunca entendido como prioritário, para se poder ir aos fundos comunitários do POSEUR. A partir de 2015, o município de Porto Mós, individualmente, deixou de poder ir a esses fundos e, portanto, aquilo que aconteceu é o que nós sabemos. O POSEUR, no quadro comunitário 2030, vai ser regionalizado, e sendo, regionalizado permite-nos mapear. A expectativa que nós temos, é que vamos mapear o saneamento Mira de Aire, para podermos ambicionar ter uma cobertura maior, ao nível do saneamento. Sobre a zona industrial do Juncal, de facto resta um lote, na parte de baixo. Nós não conseguimos ultrapassar aquela questão, a solução é e estamos a fazê-lo, lançar uma área de reabilitação urbana, para o núcleo urbano do Juncal, mas vamos pensar também, eventuais possibilidades de expansão, pelo menos a dez anos, o que é que podemos potenciar para a vila de Juncal, porque, de facto, ficou refém daquele investimento, e ficou refém do investimento que eu espero, e espero com toda a sinceridade que tenha o maior sucesso, porque mal seria se aquele investimento, e tudo aquilo que ali está construído, não tivesse o sucesso, deixando-nos nas mãos, um verdadeiro elefante branco. Não estou a fazer prognósticos, eu estou a acreditar que o que o investimento tem sucesso, e que o tenha, porque para nós é muito importante. Sobre a Casa dos Calados, foi aprovado ontem, o plano de segurança e saúde,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, é o último passo. A partir de segunda-feira, o empreiteiro começa a montar o estaleiro, para começar a obra no final do mês, princípio do mês de março. "-----

-----Seguidamente passou a usar da palavra a senhora **Vereadora com o Pelouro da Educação**, que passou a responder.-----

-----"Boa noite a todos. Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa, todos os presentes nesta sala, e também todos presentes nas suas casas que nos assistem através das redes sociais do município. Respondendo então à questão que a deputada Liliana aqui levantou, quando nós fazemos uma análise, temos sempre que ter em conta o contexto, e não me deixa mentir aqui o senhor deputado Rui Neves, que foi vereador da Educação, e também na sua prática tinha que analisar o contexto. E este contexto já tinha vindo a acontecer, e por isso, nós estamos a trabalhar sempre para melhorar, e agradeço também as suas palavras, mas não está mais preocupada do que nós, quer eu enquanto vereadora da Educação, quer nós, enquanto executivo municipal, para dar as melhores condições às nossas crianças. Como é do seu conhecimento, também estava plasmado no nosso programa eleitoral, exatamente a melhoria nas condições dos serviços, quer das atividades de apoio e animação à família, quer da componente de apoio à família. Portanto, estamos a trabalhar, temos que ter sempre em conta, o contexto, como estava a dizer, temos que ter sempre em conta a necessidades das famílias e sempre que alguma família tenha necessidade que se apresente ao nosso gabinete, porque nós tentamos sempre dar a melhor resposta que temos disponível. Por isso, estamos assim a trabalhar, estamos a evoluir constantemente e disponíveis para isso. Relativamente às AEC's, falando um pouco naquela situação dos pais que estavam a lecionar as AEC's, ainda continua. Uma das mães, é educadora de infância, e continua, e foi contratada. Não é uma empresa, é uma associação sem fins lucrativos. E essa associação sem fins lucrativos, já vinha a disponibilizar este serviço, antes de nós chegarmos, e bem. Para além disso, foi classificada como uma instituição particular de solidariedade social. Não é empresa, não tem fins lucrativos, já prestava este serviço ao município, nunca tinha havido a situações, que, de alguma forma, nós avaliássemos e retirássemos a empresa, agora que os professores entram e saem, vocês sabem que sim, quer desta instituição quer de outra, encontra outras soluções de vida, portanto, há essa substituição. Para saberem dos dois professores que estavam a ser recrutados, já vão entrar ao serviço na segunda-feira, um no Juncal e outro em Porto de Mós. Quanto à sua formação, uma é educadora de infância, e a outra professora tem formação em animação sócio educativa. Portanto, a questão de ser os pais a lecionar, é porque foram contratados pela associação. As AEC's são monitorizadas pelo Agrupamento de Escolas que a apresentam ao Gabinete da Educação e se alguma coisa não correr bem, cá estamos para melhorar. Estamos em constante melhoria e a Associação está empenhada nisso, bem como o Agrupamento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminado que foi o Período de Antes da Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal usando da palavra, disse que queria refletir aqui um pouco sobre a questão dos tempos atribuídos a cada bancada, e sobre aquilo que aqui se passou agora, dizendo que a lei permite 60 minutos. Neste caso, em que as questões colocadas pelos deputados municipais ao senhor Presidente da Câmara eram muitas, e como tal levam muito tempo a responder, ainda que o sejam de forma sumária, pediu a todos que as bancadas se organizassem para que não se colocassem tantas questões, aqui, por este meio, privilegiando outros meios, afim de as mesmas serem respondidas. Terminou dizendo que se tratava apenas de um alerta, para que se possa tornar a Assembleia Municipal mais produtiva, porque uma das críticas de que esta tem vindo a ser alvo, é mesmo essa, pedindo que, todos em conjunto, a tornassem mais produtiva, trabalhando de modo diferente. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----A senhora Presidente disse que as informações são muito sumárias, referindo que recebeu um convite, para estar presente, em representação da Assembleia Municipal, nas comemorações do dia de Baden Powell, a realizar no dia 20 de fevereiro. Também foi convidada para participar no III Congresso da ANAM em representação da Assembleia Municipal, e também na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de congratular os membros cessantes dos órgãos sociais do Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal e dar os parabéns e desejar votos de sucesso aos membros entrantes, ao Presidente da Direção Luís Vieira e à Presidente da Assembleia Geral, Sandra Sofia Duarte e a todos os que integram este órgão. Também cumprimentou o senhor Presidente da Junta de Serro Ventoso, por tudo aquilo que foi dito, e é muito bom ver, especialmente para si, que é natural daquela freguesia, esta ser falada e aparecer nos telejornais pelos melhores motivos. Aproveitou ainda para dar os parabéns aos Jovens Autarcas eleitos, e cumprimentar também o executivo por levar a cabo esta iniciativa também importante para a Assembleia Municipal, pois um dos seus objetivos, também é sensibilizar os jovens para a cidadania e para a política, integrá-los na política e esta jovem Érica, que tem 14 anos foi eleita Presidente para gerir cinco mil euros com os colegas. Isto é interessante, é um desafio, e é um desafio também para esta Assembleia Municipal e para o Executivo. -----

----- 2. Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, para o mandato 2022/2025:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, começou por dizer que, os senhores deputados receberam a versão final do Regimento. Disse depois ter feito uma reunião com as senhoras líderes de bancada do PSD e do PS. A senhora deputada do Chega, Sandra Sousa, não pode estar presente por motivos profissionais e pessoais, mas falaram ao telefone e falou ainda com o senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, Filipe Batista, também como membro independente nesta Assembleia, colocando agora à discussão este ponto da ordem de trabalhos.--

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Usando da palavra passou a dizer que "de facto, reunimos, e mais uma vez, quero expressar o meu agrado pela forma salutar como correu a nossa reunião, trabalho para prepararmos este documento para estar aqui hoje presente, e felicito todos os presentes, porque, de facto, foi tudo muito negociado, foi tudo muito consensual. Há aqui uma situação que na altura, penso que terá sido a única, que não teve aceitação, uma proposta que eu já levava de acordo com todos os elementos da minha bancada, e não está neste documento que está em discussão, e eu gostava de a apresentar aqui, à restante assembleia, para que se possível, a assembleia decida então se realmente quer incluir ou não, esta alteração no regimento. Refiro-me ao artigo 17º que fala sobre a ordem do dia. No número 6 do artigo 17º, estabelece-se aqui uma previsão para as situações em que, nos assuntos que tenham uma natureza técnica que o justifique, ou dada a sua confidencialidade, a documentação referente a esse assunto, seja disponibilizada apenas na véspera da Assembleia e não com a antecedência regulamentar. Contudo, no atual regimento, não há nenhuma previsão para as situações em que, na verdade se venha a verificar que esse assunto não cumpra estes requisitos, ou seja, corremos então risco, de haver um assunto que deveria ter tido a sua documentação disponibilizada atempadamente e apenas é disponibilizada na véspera, supostamente ao abrigo destes requisitos, deste número 6 do artigo 17º, mas, na verdade, depois vem-se a verificar que não cumpre esses requisitos e nada acontece. E a nossa proposta era que, nessas situações, de facto, houvesse aqui a previsão de que então, verificando-se que o assunto não cumpre os requisitos que permitem a entrega da documentação respetiva, na véspera, nos termos do ponto anterior, o assunto deverá ser retirado da ordem do dia. Portanto, dir-se-á, e então e se for um assunto de manifesta urgência, e que tenha que ser, de facto, discutido, aprovado, naquela assembleia, naquela data? Não há problema nenhum. É proposto à assembleia a inclusão na ordem do dia, e a assembleia, soberanamente, decidirá se realmente vai apreciar ou não, aquele ponto. Portanto, penso que nada se perde com isso, e, de facto, fica uma norma mais clara, mais completa e penso que ganhamos todos com isso, porque, de facto, e políticas à parte, que não é aqui e, sobretudo nestes pontos, não é isso que nos move, mas apenas, ter aqui um regimento mais claro, coerente e que preveja o máximo de situações possíveis. Havia também aqui mais algumas questões. O regimento prevê a apresentação de moções de protesto e de recursos, mas o atual regimento não regulamentava. A bancada do P.S. fez uma proposta de inclusão de uma regulamentação, relativamente a essas questões, à luz também, do que já acontece noutros municípios, e fico agradada que, de facto, tenha tido esse acolhimento. Gostava também de ter conseguido aqui o consenso, para alargamento do período de antecedência da convocatória, compreendendo, naturalmente as dificuldades da Câmara de por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vezes, conseguir antecipar os temas todos, e toda a documentação, com a antecedência que seria a ideal, até porque já passei por lá, mas o que é facto, é que todos nos devemos esforçar por isso, porque os elementos da Assembleia Municipal, quando estão aqui a apreciar, a discutir e a votar os assuntos, pretendem ter o máximo de conhecimento possível, e o máximo de tempo possível, para aprofundar os assuntos, e obviamente que o bom é inimigo do ótimo, mas, de facto, é algo que se deve trabalhar em conjunto, e pode ser que, numa próxima revisão consigamos, de facto, alargar esse período. O que eu sugeria e pedia se fosse possível, era que este ponto 7, do artigo 17º, que nós sugerimos, seja incluído no regimento e que seja colocado também à votação da Assembleia." -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----No uso da palavra, passou a fazer a seguinte intervenção:-----

-----"Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa todos os presentes. Cumprimento, o senhor Presidente da Câmara, e na sua pessoa todos os portomosenses que estão a ouvir online e felicito, obviamente, por as assembleias municipais poderem ser transmitidas online, é uma forma também de aproximar os eleitores dos eleitos, e é uma forma de tornar mais democrática ainda, esta Assembleia Municipal. Quero dizer e reiterar as palavras que a Drª Rita Cerejo disse, porque realmente houve um amplo consenso, na reunião que tivemos das líderes de bancada com a Mesa, no sentido de introduzirmos algumas normas novas no regimento, e quero enaltecer esse amplo consenso em matérias que até, às vezes, são mais sensíveis, como é o caso dos tempos, e também nessas matérias, houve um amplo consenso, e porque entendemos que deveria haver uma distribuição equitativa em função dos eleitos de cada bancada, sem pôr em causa, nunca, obviamente, a democracia. Senhora Presidente, eu gostava de me pronunciar sobre a proposta da Drª. Rita, mas eu preciso de saber, se a Mesa vai aceitar a proposta." A senhora Presidente da Assembleia respondeu: "A mesa aceita a proposta e vai pôr à votação." Prosseguiu a deputada Municipal Olga Silvestre: "Quanto à proposta da Drª. Rita e do PS, presumo que seja do PS, é o seguinte : O número 6 do regimento, do artigo 17º, fala em documentos e refere os documentos que complementam a instrução do processo deliberativo, respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta desde o dia anterior à data indicada para a reunião, portanto, quando houver algum problema técnico ou documento que seja confidencial, não respeita o prazo normal, que é de dois dias úteis. A proposta, se eu bem me lembro, do Partido Socialista, pela voz da Drª Rita Cerejo, é que o número 7, caso se venha a verificar que o assunto, (e a proposta é assunto ou é documento? Essa é a minha dúvida. Foi-lhe respondido que era assunto, como ela também pensava) não cumpre os requisitos que permitam entrega da documentação respetiva na véspera, nos termos do ponto anterior, o assunto deverá ser retirado da ordem do dia. Ora, é nosso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendimento, que este ponto proposto, reveste um carácter de subjetividade, porque quando diz que se venha a verificar, é preciso saber quem é que verifica, se é a Assembleia Municipal, se é a mesa da Assembleia Municipal, se é a Câmara Municipal. Depois, se for a Assembleia Municipal, verifica por maioria simples, ou por maioria qualificada? Depois, quando diz que o assunto é que deve ser avaliado, ora, o assunto quando vem à Assembleia Municipal, se está na ordem de trabalhos, é um assunto público, porque a Assembleia Municipal é uma reunião pública, portanto, o assunto não reveste o carácter de confidencialidade, mas sim, o documento que subjaz a esse assunto. E imaginemos aqui o seguinte exercício. Consta da ordem de trabalhos, uma deliberação sobre a aprovação e deliberação sobre a taxa do IML. Essa, previamente, tem que ser por aprovada em reunião de Câmara. Não foi enviado para os deputados, a proposta da Câmara Municipal e só é entregue no próprio dia, por exemplo, era só entregue hoje. Esse documento, na minha opinião, obviamente, não reveste nem carácter de confidencialidade, nem carácter de natureza técnica, porque já tinha sido aprovado, houve apenas um lapso. Se nós introduzirmos a norma que o PS propõe, no regimento, esse assunto que tem que ser retirado da ordem de trabalhos. Por outro lado, há aqui um contrassenso, que é o seguinte: Isso, obviamente, causaria prejuízo à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal e somos também desfavoráveis à introdução deste ponto pelo seguinte, como já disse, por ser um critério subjetivo, depois porque pode acarretar um prejuízo superior àquele que se quer evitar, e porque também não faz sentido, retirar pontos da ordem de trabalhos por um documento ter sido entregue tardiamente, quando, no próprio dia, se podem acrescentar pontos à ordem de trabalhos, desde que a maioria de dois terços, a aprove. Como eu já disse também, e vou reiterar, o que reveste ou pode revestir a natureza de confidencialidade, não são os assuntos, são sim, os documentos que sustentam esses assuntos. O que pode acontecer e deve acontecer, é realmente, ser acautelada a justificação, para quando isso aconteça. Portanto, quando acontece uma situação dessas, deve, obviamente, ser acautelada a justificação para que isso aconteça. Quanto ao teor do documento, eu não vou fazer uma intervenção, uma vez que a proposta foi enviada e nós chegámos a consenso quanto a todos os artigos que constam do documento, daí que apenas tenha enaltecido o facto de termos chegado a consenso. Eu estou-me a pronunciar apenas, quanto ao ponto que o PS quer introduzir e a justificar a razão pela qual somos contra, não por política, mas porque entendemos que já está devidamente acautelado, embora, deva ser justificado, quando tal aconteça. Obrigada."-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que também deu aqui uma olhadela, e a sua questão tem a ver com a distribuição dos tempos, para além de corrigir aqui duas coisas, porque há aqui uma bancada que tem que tem quase dezassete vezes mais tempo do que a deputada eleita pelo Chega. Podem dizer que são contas, tudo bem, mas será que não pode haver aqui alguma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

razoabilidade, perguntou. É muito tempo, disse, perguntando se num ponto é necessário uma bancada ter 67 minutos, quando outra tem para expor os mesmos problemas, 4 minutos. A senhora Presidente interrompeu, dizendo que não é para cada ponto, mas para toda a ordem do dia. **Filipe Batista** continuou dizendo que, seja como for, há aqui uma grande desproporção e porque não atribuir, pelo menos cinco minutos para bancadas que apenas têm um elemento. Disse depois que verificassem no anexo C, porque está escrito que, o membro de Assembleia Municipal que não se constitui em grupo municipal disporá de quatro minutos, isto no texto, mas depois, escrito, está cinco minutos. Então, perguntou, ficamos nos cinco ou nos quatro? Ou seja, no anexo, C, diz que o membro da Assembleia Municipal que não se constitui em grupo municipal, neste caso, a senhora deputada eleita pelo Chega, e ele próprio, como membro de um movimento independente, disporá de 4 minutos. Terminou dizendo que a maioria assim decidiu e terá que acatar, obviamente, embora não deixe de expressar que o tempo que lhe ficou atribuído, é muito desproporcional.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Assembleia, passou a dizer que, a proposta apresentada pela bancada do PS, no sentido da **introdução do nº 7 ao artigo 17º do Regimento**, foi aceite pela Mesa, colocando-a a votação e tendo a mesma sido **rejeitada por maioria, com 7 (sete) votos a favor, 2 (duas) abstenções e 22 (vinte e dois) votos contra**.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação o **Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, para o mandato 2022/2025**, constante do ponto 2 da presente Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 2 (duas) abstenções e 29 (vinte e nove) votos a favor**.-----

-----**3. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2021; 4. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2021; 5. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2021:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal da informação que a seguir se transcreve, e que foi presente a reunião de Câmara de 27.01.2022:-----

-----*“De acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, os documentos anexos a esta informação, que dela fazem parte integrante, constituem os compromissos plurianuais existentes, e os recebimentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2021, não existindo pagamentos em atraso à mesma data.*-----

-----*As declarações acima referidas deverão ser remetidas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para conhecimento nos termos do disposto na alínea c) do artigo n.º 2 do artigo n.º 15 da supra mencionada Lei. De acordo com o n.º 3 da Lei acima citada, deverão ainda as declarações e respetivos anexos ser publicados na página da internet do Município de Porto de*

120

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós e integrar o relatório e contas do ano:-----
-----Declaração de Compromissos Plurianuais;-----
-----Declaração de Recebimentos em Atraso;-----
-----Declaração de Pagamentos em Atraso.-----
-----Em face do atrás aludido submetam-se estes documentos à reunião da Câmara e posteriormente à sessão da Assembleia Municipal, para conhecimento."-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que, o que aqui vem agora, é a declaração de compromissos plurianuais. "Esta declaração de compromissos plurianuais decorre do apuramento dos fundos disponíveis e depois são carregados no município todos compromissos para o ano seguinte ou anos seguintes. O que aqui temos, são todos os compromissos, tais como, obras em curso, obras contratadas e todas as despesas que temos previstas, das despesas com pessoal a despesas com eletricidade, com saneamento, com o que for. São neste caso dez milhões seiscentos e oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três euros, para o ano de 2022 e depois para o ano de 2023, um milhão setecentos e oitenta mil, porque todos os anos este exercício é feito de novo. Temos depois a declaração de recebimentos em atraso. Efetivamente, com a questão da pandemia, o município de Porto Mós, e tendo em conta também, o entendimento quer do Governo quer das autarquias, sermos mais contidos nas execuções, inclusive, durante muito tempo, não foi possível não apenas não fazer execuções fiscais, mas também nem sequer fazer os cortes de água, pelo que temos aqui cerca de duzentos e cinquenta mil euros em atraso, que corresponde na sua maioria à fatura da água, (a água, saneamento e recolha de resíduos), mas também a cerca de sessenta mil euros, que corresponde a atraso de serviços sociais e, portanto, este este é um processo que vai entrar depois em cobrança fiscal logo que possível, e uma parte será recebido pela Câmara. A outra parte, provavelmente, irá a reunião de câmara, para se decidir o que fazer, mas a grande maioria felizmente tem sido tem sido possível cobrar através da cobrança coerciva. Depois vem a declaração de pagamentos em atraso, e o município de Porto Mós não tem pagamentos em atraso.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**6. 1ª Revisão aos documentos previsionais 2022_2026:**-----

-----**6.1. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de investimentos; 6.2. 1ª Revisão às Atividades mais relevantes; 6.3. 1ª Revisão ao orçamento da receita e da despesa:**-----

----- O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar os três pontos suprarreferenciados, conjuntamente, sendo que a votação será feita separadamente, e que constam da proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 27.01.2022:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*"Compete à Câmara Municipal, no termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.*-----

-----*O n.º 6 do art.º 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, confere maior flexibilização na utilização do "saldo de gerência anterior", na medida em que parte deste saldo resulta das receitas consignadas, pode ser incorporado na execução orçamental do ano, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, concretizando-se por meio de uma alteração orçamental com aprovação do mapa de fluxos de caixa;*-----

-----*A incorporação do saldo de gerência não está dependente da apreciação e votação do relatório e contas pela Assembleia Municipal, mas tão só, da aprovação pelo órgão competente, a Câmara Municipal, do mapa dos fluxos de caixa onde o mesmo é apurado. Igual procedimento acontece desde o início do exercício com a incorporação, no apuramento dos fundos disponíveis de janeiro, das verbas inerentes ao saldo da gerência, conforme determina a alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação. ---*

-----*O mapa de fluxos de caixa do ano de 2021 foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 13 de janeiro do corrente, onde se apurou um saldo de gerência desse exercício no montante de 3.365.302,00 €, que se encontra em posse dos serviços.*-----

-----*O artigo 130.º da Lei 75-B, de 31 de dezembro, determina o seguinte:*-----

-----*"Integração do Saldo de execução orçamental.*-----

-----*1 - Após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental."*-----

-----*A presente modificação pressupõe um aumento da receita de 3.375.302,00 €, uma redução na receita no valor de 1.550.000,00 €, o que pressupõe um aumento do orçamento no valor de 1.825.302,00 € do lado da receita e da despesa.*-----

-----*O saldo da gerência e a inserção de outras receitas incorporado na presente revisão visa financiar despesa corrente no montante 345.302,00 € e despesa de capital no valor de 1.480.000,00 €.*-----

-----*A presente revisão tem um especial enfoque de transferir dotações de projetos previstos nas grandes Opções do Plano de "financiamento não definido", para "financiamento definido", os projetos constantes no Plano Plurianual de Investimentos que foram aprovados nos documentos previsionais iniciais nessa situação.*-----

-----*No que se refere à despesa corrente foi aumentado as despesas com pessoal decorrente da atualização salarial para o ano de 2022 (0,9%), bem assim como da Retribuição Mínima Mensal Garantida para o mesmo, bem como os encargos associados a tais aumentos.*-----

-----*Foi ainda feito um ajustamento, em alta, de duas rúbricas da despesa corrente que não*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram devidamente dotados aquando do orçamento inicial.-----

-----Em face do atrás aludido, proponho:-----

-----Submeter a presente proposta por parte do órgão executivo à Assembleia Municipal, nos termos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, com remissão para a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."-----

-----O senhor Presidente continuou dizendo que, "como está resumido, na proposta, temos, aqui um saldo de gerência, que depois vai ser incorporado no orçamento do ano seguinte e é o que está a acontecer. Dir-me-ão que há aqui uma pequena diferença. Efetivamente, o saldo de gerência são três milhões trezentos e sessenta e cinco, trezentos e dois, no entanto, aparece aqui com um valor de três milhões trezentos e setenta e cinco, trezentos e dois. Está tudo bem. Houve aqui a necessidade de abrir uma rubrica com valor de dez mil euros do lado da receita. Essa rubrica foi aberta. É uma rubrica que vai receber todas as compensações das seguradoras. Não estava aberta porque não tinha valor. Houve agora a necessidade de o fazer, aliás, fizemo-lo da forma mais simples, que foi acomodar apenas dez mil euros, quando habitualmente estas receitas até são substancialmente maiores. Depois dizer que, temos aqui alguns ajustes, nomeadamente nas receitas correntes. Não se sabia na altura, qual era o aumento dos ordenados. Nós acomodámos aqui, o reforço feito nos recursos humanos para os ordenados, e temos aqui outras rubricas de despesa corrente, nas quais vamos a acautelar alguns aumentos muito significativos e que não esperávamos. Dou-vos um exemplo rápido, o ERSAR, a entidade reguladora, disse que nós podíamos aumentar a tarifa na fatura de água, resíduos e saneamento em 0,9 %, e já em janeiro deste ano, o mesmo ERSAR, autorizou a Valorlis a produzir um aumento superior a 8 % aos municípios. Portanto, sabemos que vamos ter esta fatura agravada de forma substancial e que o retorno, depois da cobrança do lado dos nossos municípios, não vai ser possível e, portanto, vamos ter aqui um desfasamento com algum significado. As restantes, são opções de despesas de capital que já tínhamos previsto. Dizer-vos também, que este ano, o saldo de gerência que transferirmos, não tem a dimensão que já teve, mas podemos dizer também que, pela primeira vez, o município conseguiu uma execução de despesa de capital, superior a 80%, que ultrapassou os 8,6 milhões de euros, o que diz bem do desempenho a este nível, e que muitos, há um ano atrás, não acreditavam que podia acontecer, mas felizmente, aconteceu. As obras, ficaram concluídas, outras estão em fase de conclusão e outras iremos lançar para podermos continuar nesta senda de melhorar o nosso concelho." -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----"Boa noite mais uma vez. Em relação a este ponto, aprez-nos salientar o seguinte, verifica-se que o executivo camarário está a tentar ou está já a preparar a distribuição de resultados ainda sem estarem aprovados, só serão aprovados na próxima Assembleia Municipal, no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, mercê da sua dinâmica, da sua tentativa de pôr em prática obras que, em vez de estar à espera que as coisas se venham a perder tempo ou possam ser ultrapassadas, salientamos que esta atitude do executivo em avançar já, com uma parte da distribuição daquilo que se prevê venha a acontecer no final do exercício, é um gesto que salientamos e que achamos bastante positivo. Em relação aos valores que aqui temos, e socorrendo-nos das informações que constam no ponto 5 da ordem de trabalhos de hoje, verificamos que o quadro resumo da execução orçamental, prevê um valor de três milhões e quinhentos mil euros, que é aquilo que, neste documento da revisão está em causa, mas para melhor podermos analisar e melhor que podermos deliberar sobre as contas, podemos dar uma olhada também nesse ponto 5 da ordem de trabalhos, em que aparece uma previsão da situação económico-financeira no final do ano, e assim de relance, podemos verificar que, no ano de 2021, os ativos fixos tangíveis, que são o investimento efetuado durante o ano, aumentou em sete milhões de euros, face ao mesmo período do ano anterior. E também podemos verificar, que o passivo da Câmara Municipal, baixou cerca de setecentos mil euros, face ao mesmo período, do ano anterior. Assim, é mais fácil, podemos deliberar sobre esta apresentação, destacando que ao fazer esta distribuição, não está posta em causa situação económica do município, antes pelo contrário, está mais bem fortalecida e também podemos verificar que, deste valor que está aqui a ser incorporado, mais uma vez o nosso município tem a possibilidade de levar a maior fatia, de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, para receitas de capital, que, como tal, irão ser depois distribuídos nas despesas de capital. Por isso, achamos que está certo, está disponível, e que se pode efetivamente avançar com esta situação que achamos bem e iremos aprovar."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação o ponto **6.1. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 10 (dez) abstenções**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 6.2. da Ordem de Trabalhos - **1ª Revisão às Atividades mais relevantes** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 10 (dez) abstenções**.--

-----Por fim, foi colocado a votação o ponto 6.3 da Ordem de Trabalhos - **1ª Revisão ao orçamento da receita e da despesa** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 10 (dez) abstenções**.-----

-----**7. Alteração das fontes de financiamento do projeto “3 320 2019/19 3/17” Área de Localização Empresarial (ALE) Porto de Mós – 1.ª fase - construção de infra estruturas**:-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 27.01.2022:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Localização Empresarial (ALE) Porto de Mós – 1.ª fase - construção de infra estruturas".-----
-----Aquando da elaboração dos documentos previsionais para o quadriénio 2022_2026, que ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2021, foi considerado que a obra referenciada em assunto viesse a ser financiada pelo produto de empréstimo que o Município estava em processo de contratação, numa percentagem previsível de 30%, de receitas provenientes de fundos comunitários "EU" 45% de receitas próprias 25%.-----

----- Por razões diversas, já aludidas noutras informações submetidas ao órgão executivo, o contrato do empréstimo veio o Tribunal de Contas ter declarada a extinção do processo.-----

-----Por outro lado, em dezembro de 2021, veio a Comissão Diretiva do "CENTRO 2020" aprovada a nova candidatura a fundos comunitários também para o mesmo projeto municipal com percentagens diferentes daquelas que eram conhecidas na altura.-----

-----Em face de tais alterações há necessidade de alterar as fontes de financiamento do projeto, que tem uma dotação orçamental para os anos de 2022 e 2023, de 5.080.000,00 €, distribuído da seguinte forma:-----

-----Fundos comunitários: 31,8% = 1.617.685,45 €.-----

-----Receitas próprias: 68,2% = 4.462.314,55 €.-----

-----O Município dispõe de capacidade de tesouraria para solver a percentagem nos custos.--

-----Em face da alteração introduzida nas fontes de financiamento, diferentes das inicialmente aprovadas pela Assembleia Municipal, proponho:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação desta proposta e sua submissão à Assembleia Municipal, para efeitos de alteração das fontes de financiamento do projeto mencionado."-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que "Queria começar por pedir aos senhores deputados que considerem bem neste documento, pois há aqui uma gralha, cinco milhões e oitenta mil de receitas próprias não quatro milhões e quatrocentos e sessenta e dois mil, mas sim, três milhões quatrocentos e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e cinco. Houve aqui uma gralha, portanto, há uma diferença de 1 milhão de euros, o que é bem são os cinco milhões e oitenta, depois, um milhão seiscentos e dezassete mil oitocentos e trinta e cinco, proveniente de fundos comunitários e depois de receitas próprias três milhões quatrocentos e setenta e dois mil trezentos e catorze euros e cinquenta e cinco, e eu queria que isso ficasse contemplado em ata, porque é um documento que tem que ir para o Tribunal de Contas. O que está aqui em causa, é efetivamente, o que diz o documento, é uma alteração às fontes de financiamento. Nós tínhamos 2 opções, vem aqui a seguir a apresentação de uma situação de recusa, por parte do Tribunal de Contas, do empréstimo que estava inicialmente previsto, para financiar a ALE e para financiar também o saneamento da Cumeira, e aquilo que nós fizemos, até porque este processo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidatura está em fase de reprogramação, portanto, nós com este processo de alteração, neste momento não estamos a perder rigorosamente tempo nenhum, nem um dia perdemos, até porque, aquilo que vai acontecer, é ainda termos que esperar pelo final da reprogramação, que foi exigida também no início deste ano pelo Tribunal de Contas e é habitualmente assim que acontece. O que nós temos, é que, em vez de lançar um novo empréstimo, com os problemas idênticos aos que o outro teve, porque foi um empréstimo feito para duas obras, uma delas, financiada, e que condicionou a que não era financiada, e, portanto, aquilo que vamos propor neste momento, é assumir com capitais próprios o avanço imediato da obra da ALE, que como se sabe, esta obra está contratada e neste momento, os documentos que são solicitados pelo Tribunal de Contas, são apenas esta alteração das fontes de financiamento e a tal reprogramação por parte da CCDR, que já foi feita. Dizer-vos também que, independentemente do empréstimo avançar ou não, isto tinha sempre que vir aqui, porque, nós à partida, e ainda bem, alterámos as fontes de financiamento, porque o que estava previsto na anterior candidatura, aquela que foi a inicial, eram cerca de setecentos e quarenta mil euros de fundos comunitários, e nós, com a reprogramação que fizemos e com pedido de reavaliação a toda a candidatura, fomos buscar um milhão seiscentos e dezassete mil seiscentos e oitenta e cinco, ou seja, praticamente mais um milhão de euros de fundos comunitários, para financiar a ALE. Esta diferença é muito significativa e permite-nos ponderar, naturalmente, fazermos a obra sem recurso ao tal financiamento, fazendo-o com capitais próprios. Este valor que aqui está, de três milhões quatrocentos e oitenta e dois, trezentos e catorze, da nossa responsabilidade, já tem aqui incluídos, para além do projeto, dos estudos de avaliação de impacto ambiental, cerca de um milhão e duzentos mil euros, de aquisição de terrenos. Portanto, o esforço financeiro do município é a diferença, é um esforço financeiro que vamos com certeza, ser capazes de fazer, até porque, como foi aqui dito, a própria estrutura económico-financeira do município tem capacidade para o fazer. Precisamos é, naturalmente, de um empréstimo, para a totalidade do investimento para o saneamento da Cumeira, porque é uma obra que vai juntar-se aos cinco milhões de euros e tendo em curso a Casa dos Calados, tendo em curso a ALE e tendo em curso o saneamento, aí sim, nós não temos capacidade financeira para responder a estas três grandes obras e, portanto, daí que tenhamos já preparado as coisas, para poder fazer um financiamento. Esse financiamento de três milhões e meio entra perfeitamente, na capacidade de endividamento do município, e estamos, sobretudo a esse nível, bastante tranquilos em depois responder, ao serviço da dívida desse empréstimo.-----

*-----Rui Augusto Pereira Neves (PS):-----
-----"Senhor Presidente, eu entendi a toda a toda a sua explicação, mas fico muitas dúvidas em relação aqui a algumas coisas. Eu tenho em meu poder a carta ou o ofício do Tribunal de Contas, e o senhor evoca que a Comissão Centro 2020 aprova esta candidatura, enfim, com percentagens diferentes de financiamento, pronto, eu compreendo isso tudo, com uma*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reprogramação diferente. Mas, o senhor desde 9 de setembro de 2020, nunca respondeu ao Tribunal de Contas. Não sei se me faço entender, que é para depois, o senhor não andar em círculos e não responder, como ainda agora aconteceu com a Senhora Vereadora, ali, à minha colega. Até porque isto é um assunto de algum melindre financeiro e, portanto, é bom que sejamos todos esclarecidos, e eu até posso estar errado na minha interpretação, e se estiver, cá estou, para assumir. Eu vou fazer a cronologia, não vou buscar ali o cronograma, não vale a pena senão demorávamos aqui uma série de tempo. Vou tentar ser o mais sumário possível. O senhor aguardava o visto do Tribunal de Contas, para o financiamento desta obra e doutra, e, ao mesmo tempo tinha, ou esperava, pelo resultado de outra candidatura, isto é, da área de localização empresarial, porque para lhe aprovarem esta nova reprogramação, é porque o senhor a candidatou. Então porque é que o senhor não disse logo ao Tribunal de Contas, "nós não queremos esta fórmula inicial", que a assembleia a aprovou, era uma obra de interesse, enfim, aliás, não era uma, eram duas, e, portanto, tinha desistido logo. 9 de setembro de 2020! Não responde a insistentes pedidos de documentos e esclarecimentos, estou a citar. Segunda questão que lhe vou pôr. Esta omissão de resposta, por parte do Tribunal de Contas, levou à caducidade do mesmo, e vou citar, "por inércia processual negligente que deve ser considerada, como deserção de instância". Acabei a minha citação. De facto, o Tribunal de Contas não tem qualquer dúvida em relação a este processo, eu posso ter muitas, até por defeito de profissão. Agora vamos lá ver aqui a cronologia dos acontecimentos, e aqui, é que a minha perplexidade é maior. Desde 09.09.2020, até 08.07.2021, o Tribunal solicitou a vossa Excelência vários pedidos de esclarecimento, que é normal, estamos a falar de alguém que vigia as contas, e bem, deste município e de qualquer outro. Nestes pedidos de esclarecimento, houve várias dilações de prazo. O senhor manteve-se em silêncio. Em 20.10.2021, e agora estamos a entrar, já no seu segundo mandato, foi dado um prazo último de 10 dias, para a justificação desse atraso, por parte do juiz do dia, como se costuma dizer em linguagem do tribunal, e o juiz, e vou citar, "o Município manteve-se omissivo". Decorreram assim 13 meses, sem qualquer resposta por parte do senhor ou dos serviços. Quarta questão que lhe vou pôr. Pergunto, para que o senhor responda com a máxima exatidão de elementos, porque aqui é que está o nó górdio da questão, acho eu. Qual é o conteúdo, que questões é que o Tribunal de Contas lhe fez, que o senhor nunca respondeu. Serão assim respostas tão difíceis de dar? Era sobre o processo da candidatura, a Área de Localização Empresarial mais o saneamento Cruz da Léguas/Cumeira/Albergaria. Segunda questão, sabendo que a tramitação deste processo, estava nesta situação, o senhor sabia que não respondendo, não ia obter o empréstimo. Então, o senhor passa a campanha, põe um cartaz à entrada da Estrada Nacional Nº 8, a dizer que o projeto estava financiado. Como? Projeto e financiamento aprovado e com a linha da conduta Cruz da Léguas/Cumeira, projeto financiado. Mas como? Naquela altura, por estas datas, eu estou a citar datas, da troca de correspondência do Tribunal de Contas e Vossa Excelência, portanto, 20.10.2021, por insuficiência de verbas, e sabendo que esta obra estava

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dependente do visto do Tribunal de Contas, o senhor mesmo assim, faz a campanha. Sabia antecipadamente, aqui, na reunião de junho, que isso estava a acontecer, na reunião de abril, na reunião fevereiro, na anterior e assim sucessivamente. Mais, propôs o orçamento para este ano, acautelando estas verbas. Como é que o senhor, não respondendo a uma instância superior do Estado, e sabe que se a gente não responde, a resposta é omissa, e se a resposta é omissa, o senhor não tem aquilo que quer, que é o financiamento que você pediu. Então inclui essas verbas no orçamento, para o ano 2022. E, portanto, e ainda bem que me abstive, porque afinal, se calhar, as fontes de financiamento dessas obras, que é inquestionável que terão todo o nosso apoio, quando eu falo, o nosso apoio, é porque eu sou o porta-voz desta situação, para evitar, como há bocado, um comentário que " não sei se isto, se esse documento é do Partido Socialista". Tudo o que vem daqui, é discutido entre nós e, portanto, estou a falar e sou o porta-voz deste ponto. A seguir falará outra pessoa e eu estou solidário com ela. Para terminar, gostaria que, enfim, tanto quanto possível, eu tenho que reforçar aquilo que tenho dito muitas vezes, e já vi que o senhor leva a mal, isto é um puzzle, uma grande confusão, acho eu, duas obras adiadas. O senhor vai dizer, eu já tinha previsto essa situação, que não há problema nenhum, que as obras vão arrancar. Vamos ver este ano! O senhor vai arrancar com a Casa Calado, com a Área de Localização Empresarial, mais o saneamento da Estrada Nacional nº 8. Tendo o dinheiro disponível, não há problema nenhum, a obra tem que avançar. Senhor Presidente, para terminar, eu digo-lhe isto: eu manifesto amiudadas vezes as minhas dúvidas em relação à gestão, não é a gestão de uma forma geral, à gestão em particular de algumas situações, porque em relação a algumas coisas, eu não tenho qualquer problema em dizer, que o senhor até tem, até hoje, gerido bem, e já o disse publicamente, em certas áreas, mas há outras que sinceramente..., obras de que estamos à espera há muito tempo, de que as populações estão à espera há muito tempo. Eu acho que o senhor criou muita expectativa nas pessoas, até porque renovou o mandato, teve mais votos, e, portanto, há que ir de encontro às expectativas das pessoas. E pronto, o que eu lhe peço, é que me esclareça em relação a estas dúvidas que eu lhe coloquei." -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----
-----"Boa noite. Cumprimento a Mesa na pessoa do senhor presidente do executivo, colegas deputados, público e os munícipes que estão em casa, também a assistir a esta sessão. Eu ouvi atentamente o deputado Rui Neves, portanto, não vou estar a responder, porque o Presidente certamente vai ter resposta e esclarecer todas aquelas dúvidas, mas eu queria acerca deste assunto, referir o seguinte: há cerca de 6 anos que este projeto de investimento da ALE, se arrasta ao longo do tempo. Todos estamos cientes que este projeto de investimento é, sem dúvida, o maior até hoje levado a cabo por este município, portanto, é um investimento que vai rondar cerca de seis milhões de euros. Foi ponderado e decidido pelo anterior executivo, em avançar com este projeto e muito bem. Todos concordamos com este investimento que vem fortalecer e potenciar o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento económico do concelho de Porto de Mós. Todos conhecemos as dificuldades burocráticas e processuais, que uma obra desta envergadura tem, desde a sua decisão inicial até à sua conclusão. Tanto, este executivo, como o anterior, sempre estiveram determinados para que o projeto avance e seja concluído no mais curto espaço de tempo. Não existe, nem pode haver qualquer motivação, seja política ou de outra ordem para que isso não aconteça, assim acima de tudo, o interesse da nossa terra. Conhecemos vários constrangimentos no processo, os que foram herdados por este executivo há 4 anos, e outros que surgiram depois. Estou certo que nada acontece propositado, são as complexidades de todo o processo. De nada vale atribuímos culpas ou apurar culpados pelo atraso, o que interessa é que a obra avance o mais rápido possível. O executivo anterior decidiu avançar com o investimento, fez o levantamento da zona, o projeto e candidatura a fundos comunitários, onde obteve a aprovação de cerca de setecentos e quarenta mil euros, condicionado à entrega de algumas formalidades, tais como a declaração de Impacte ambiental, etc. O atual executivo tratou da declaração de Impacte ambiental em falta, tendo demorado algum tempo, aprovada em meados de 2021. Negociou todos os terrenos, escriturou e pagou mais de um milhão de euros. Sem isto não seria possível avançar com a obra. Preparou uma reprogramação aos fundos comunitários, tendo sido contemplado com mais um milhão de euros, que foi confirmado em Dezembro de 2021, portanto, foi uma boa notícia. Colocou a obra a concurso, tendo sido adjudicado em Junho de 2021 pelo valor de 4,2 milhões de euros. Foram assegurados os valores de financiamento ao projeto, com fundos comunitários aprovados e com financiamento que tinha sido aprovado por esta Assembleia em 2020, conjuntamente, para esta obra e o saneamento da Cumeira. Pelos vistos, não pode ser desta forma. E é este processo de financiamento que agora está em causa. Todo o processo, tanto para a execução da obra como para o financiamento, carece de aprovação do Tribunal de Contas. Foram solicitados por várias vezes elementos, que não foi possível satisfazer por parte do executivo, designadamente, aprovação dos fundos comunitários, que só teve lugar em final de 2021. O processo foi extinto pelo Tribunal de Contas, por falta de elementos, tendo que ser submetido de novo, agora esperamos, que completo. O executivo propõe assim, alteração das fontes de financiamento para a ALE, assumindo que o mesmo vai ser executado com os fundos comunitários que foram aprovados, de 1,6 milhões de euros, 1 milhão a mais do que do que estava aprovado inicialmente, que corresponde a 31,8 %, os restantes 68,2 %, cerca de 3 milhões e meio com capitais próprios, tendo deste valor já sido pago cerca de 1 milhão de euros, dos terrenos que foram adquiridos. Procura-se assim desta forma, recuperar algum tempo na pronúncia do Tribunal de Contas, para que a obra avance o mais rápido possível, agora sem financiamento. Os vereadores do Partido Socialista, abstiveram-se neste ponto, com declaração de voto manifestando algum descontentamento pelo atraso. Também nós não estamos satisfeitos pela forma morosa como este processo tem decorrido, muito burocrático e um pouco facilitador, até por vezes, de alguma desconfiança entre organismos e instituições do próprio Estado. Pede-se agora celeridade e sentido de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade de todos, para que esta obra possa avançar no mais curto espaço de tempo. É uma prioridade para o nosso concelho. Obrigado."-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes.-----

-----"Antes de mais, queria dizer-vos que me vejo obrigado a contar aqui, outra vez, a história toda deste processo, embora o tente fazer de uma forma resumida. Começou em Maio de 2016. E depois de Maio de 2016, de ter sido feito o enquadramento de um processo de candidatura para a ALE, a CCDR recusou e recusou, porque a candidatura estava mal instruída, e tinha a necessidade e obrigatoriedade de ser apresentada uma avaliação de impacto ambiental. Aquilo que aconteceu a seguir, foi um conjunto de elementos que foram juntados e depois em 2017, esta candidatura acabou por ser aprovada, condicionada a algumas coisas, sendo uma delas uma avaliação de impacto ambiental. Este ano que se perdeu, sem fazer rigorosamente nada, abriu-se apenas o procedimento do plano de pormenor, levou a que chegássemos às eleições com este papel aprovado, com as condicionantes que aqui estão, e nós tomando posse em 18 de Outubro, ainda no mês de Outubro de 2017, reunimos na CCDR, e fomos alertados para esta situação. Em 2018, iniciámos o procedimento para a avaliação de impacto ambiental, que teve uma primeira situação de recusa, por assim dizer, tendo em conta um conjunto vasto de intervenções que tinham sido feitas, nas fases anteriores da zona industrial e que nos levaram a assumir compromissos junto da APA, para que este processo pudesse avançar. Não avançaria se não fosse assim e, portanto, avançou nestas condições. Esta candidatura tinha previsto terminar em Dezembro de 2019. Como sabem, como já foi falado e, como já aqui foi referido, iniciámos o procedimento do empréstimo para duas obras. Reconheço que não foi a melhor solução. Uma das obras era financiada, e passou a ter implícita aqui, uma questão fundamental, que era a aprovação da reprogramação, ou seja, nós começámos todo o processo depois do fim da tal primeira candidatura. Começámos a entregar documentação junto da CCDR, nessa altura. Aquilo que aconteceu, foi que, com o plano de pormenor foi quando soubemos, que as candidaturas exigem que os terrenos estejam todos em nome da Câmara, e foi o que nós fizemos, e fizemos o projeto, foi aprovado o projeto, um projeto difícil, complicado, como sabem, tivemos que o pôr a correr em simultâneo com a avaliação de impacto ambiental, ainda tivemos que fazer uma correção ao projeto, porque a avaliação de Impacte ambiental assim o exigiu, e depois avançámos para uma situação de fim do processo. Eu quero dizer ao senhor deputado Rui Neves, que foi o Tribunal de Contas que nos disse que não havendo os documentos solicitados, não vale a pena responder. Eu não consigo responder com as exigências que o Tribunal de Contas nos faz, quando, e o senhor tem aí esse cronograma, porque nós fizemos questão de não esconder nada, fizemos questão de não esconder rigorosamente nada, tanto que tem os documentos confidenciais do Tribunal de Contas, e, portanto, aquilo que aconteceu, relativamente a esta matéria específica, é que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tribunal de Contas comunica-nos, fomos notificados com a declaração de extinção do processo em 07 de dezembro e no dia 13 de dezembro, recebemos a aprovação. Era o documento que faltava. Era este! Recebemos em 13 de dezembro. Ainda tentámos! Não foi possível! Estava extinto! O tempo que perdemos até agora, foi este: foi o tempo da CCDR a uma candidatura que foi iniciada, a tal reprogramação, em 14 de dezembro de 2020, e respondemos no dia 13 de dezembro de 2021. Ora, neste momento, não andávamos a fazer nada para o Tribunal de Contas. Ainda enviámos e pedimos adiamentos e explicámos porque é que eram os pedidos de adiamento. Explicámos sempre porque é que eram os pedidos de adiamento. Agora, não tivemos contemplanções e efetivamente para não perder tempo, decidimos seguir com capitais próprios para o avanço das obras. O documento que falta é uma reprogramação, aliás, esta candidatura tem o mesmo prazo que estava previsto, e que está contratado na obra, só que a obra não começou quando estava prevista, portanto, em julho ou agosto, e temos uma programação para ela avançar no ano de 2023. Vem aqui a revisão, para avançar com o cabimento financeiro suficiente para o ano 2023, está pedida a reprogramação, aguardamos a sua aprovação, que eu espero que sejam rápida, logo que tenhamos isso, os documentos financeiros estão aqui, alteramos a parte financeira, a obra começa porque, a única coisa que efetivamente falta, são estes documentos para o Tribunal de Contas dar o Visto. Falou na Casa dos Calados. Nós temos Visto da Casa dos Calados. Como disse há bocado, e acho que não deve ter dúvidas, que a obra vai começar. Sobre uma outra questão que falou, não é verdade, não é verdade, que foi prevista a receita do empréstimo no orçamento. Não é verdade. Estava em "não definido" o valor suficiente, mas não estava em "valor definido". Não é verdade. Eu tenho que lhe dizer que, efetivamente o orçamento foi construído a contar, eventualmente com a possibilidade de o empréstimo ser aprovado, mas estava em "não definido", não está em "valor definido", a contar objetivamente, que íamos ter aquele dinheiro. Aliás, eu quero-lhe dizer, e digo isto frontalmente e com a maior das sinceridades, nunca imaginei que a CCDR demorava tanto tempo para aprovar esta reprogramação, porque se eu imaginasse, teria conduzido as coisas de outra forma. Foi-me sempre prometido que havia tempo. O tempo que foi, foi de 5 dias de diferença, que fizeram toda a diferença. E perante isto, aquilo que é a lógica das coisas, é não as adiar, trazer a esta Assembleia aquilo que é necessário ser aprovado rapidamente, por forma a garantir que temos satisfeitas as exigências do Tribunal de Contas e desta forma podermos, de facto concluir o processo, e iniciar aquela tão importante obra para o concelho de Porto de Mós e até direi, para a nossa região."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos –

7. Alteração das fontes de financiamento do projeto "3 320 2019/19 3/17" Área de Localização Empresarial (ALE) Porto de Mós – 1.ª fase - construção de infra estruturas – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 9 (nove) abstenções e 22 (vinte e dois) votos a favor.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**8. Contratação de empréstimo destinado a financiar investimentos previstos no PPI 2020_2021, até ao limite de 3.500.000,00 € - Informação:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento à Assembleia Municipal da informação subscrita pelo Chefe da DFRHGA, Rogério Nunes, que foi presente a reunião de Câmara de 27.01.2022.-----

-----“A Câmara Municipal de Porto de Mós em sua reunião realizada no 02/01/2020 deliberou dar início à tramitação processual tendente à contratação de empréstimo a médio / longo prazo referenciado em assunto.-----

-----Foram seguidos todos os trâmites processuais subsequentes e exigidos no termos da legislação aplicável, bem assim como das resoluções do Tribunal de Contas sobre este tipo de contratos.-----

-----O cronograma das operações está devidamente escalpelizado em documento anexo que faz parte integrante desta informação, que por razões de simplificação de texto não se transcreve para a mesma.-----

-----O Tribunal de Contas em 09/09/2020 solicitou um conjunto de informações e esclarecimentos, sendo todos possíveis de remeter, com exceção da aprovação da reprogramação ou equivalente do financiamento comunitário de uma da obra também objeto de financiamento no âmbito do empréstimo “ Ampliação da ALE de Porto de Mós ...”, documento que foi subscrito já depois do Tribunal de Contas ter declarada a extinção do processo.-----

-----Em face do atrás referido o processos de contratação empréstimo foi declarado extinto pelo Tribunal de Contas, pelo que se pretender obter financiamento para as obras que eram para financiar com o produto do empréstimo terão que se iniciar os trâmite processuais desde o início, opinando desde já que a ser essa a decisão se deverá fazer um processo autónimo para cada uma das obras a financiar, evitando assim situações como a que ora se descreve nesta informação.-----

-----Deverá o assunto ser submetido a conhecimento da Câmara Municipal e, eventualmente da Assembleia Municipal, dado ter sido o órgão que autorizou a contratação de tal operação creditícia.-----

-----É o que me cumpre informar sobre este assunto.-----

-----À consideração superior.”-----

-----O senhor Presidente prosseguiu dizendo que “este é no fundo a discussão do ponto anterior. O que aqui vem, é dar como extinto a contratação do empréstimo e dar conhecimento à Assembleia. Há quem entenda, o nosso Chefe de Divisão pensa que é melhor, para não atrasarmos mais isto, votar, porque foi votado o início do procedimento aqui há dois anos atrás. Isto não é novo na Câmara Municipal. Nós tivemos aqui já um empréstimo recusado, e foi recusado, independentemente das circunstâncias, dois anos depois, também. Algumas obras avançaram,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outras não, na altura, mas aquilo que eu devo dizer é que efetivamente, este empréstimo damo-lo por encerrado e há de cá vir, o empréstimo de três milhões e meio, cujos procedimentos já iniciámos, para o saneamento da Cumeira, tal como estava comprometido."-----

-----**Mário Alberto Rosa Cruz (PS):**-----

-----"Senhor Presidente, relativamente a este ponto, é evidente que a nossa bancada face, à dimensão, à importância da obra, para a qual se está a solicitar este financiamento, aprovará, naturalmente, como fizemos no financiamento anterior. Mas, como diz e bem, este assunto está relacionado com o anterior. E as explicações que deu, não coincidem, não batem certo, com aquilo que é a decisão final do processo de fiscalização pelo Tribunal de Contas. Aliás, a explicação que é dada para a apresentação deste ponto, deste financiamento, pelo executivo, e fazendo uma transcrição apenas de uma parte da decisão final do Tribunal de Contas, induz em erro. Eu espero é que, relativamente a este financiamento, não suceda o mesmo. A questão é que as explicações não coincidem, volto a dizer, e espero que, quando cá vier esse outro financiamento, para o saneamento da Cumeira, Albergaria, a Estrada Nacional nº 8, basicamente, não voltemos a ter as mesmas dúvidas que tivemos nesta explicação que deu, porque o Tribunal de Contas solicitou uma série de documentos, estava à espera e diz taxativamente, que o município se manteve sempre omissivo, em relação às explicações ao Tribunal de Contas. É o que aqui está."-----

-----O senhor Presidente da Câmara interrompeu, e exibindo um documento, disse que "o documento é este. O documento que falta é este. Desculpem lá. Vocês não estejam a fazer disto um filme. O documento que falta, foi aprovado 5 dias depois, peço desculpa."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia interveio, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que se acalmasse, deixando ouvir o senhor deputado, para que depois o senhor Presidente pudesse responder.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção o senhor deputado Mário Cruz: "então senhor Presidente, eu pergunto, se assim é, porque é que o município não respondeu à solicitação do Tribunal de Contas de 20 de outubro de 2021. Pronto, é só isso! Quando o Tribunal de Contas diz, o Município foi omissivo, estaria à espera de um documento. Tivesse respondido. Era só isso que devia ter feito."-----

-----O senhor **Presidente da Câmara**, usou depois da palavra, dizendo:-----

-----"Peço desculpa do aparte, deputado Rui Neves. O senhor deputado Rui Neves, fez um aparte e, de facto, comentei-o fora de tempo. Peço desculpa por isso. Aquilo que eu disse, é que em junho de 2021, depois de termos enviado a remessa, pedimos ao Tribunal de Contas, o adiamento, porque precisávamos de ter isto aprovado, ou seja, a reprogramação aprovada. Era o documento que faltava. Era o documento que faltava para nos aprovarem o empréstimo. Ora se o documento aparece cinco dias depois de ter sido extinto, o que é que eu consigo fazer? O Tribunal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Contas não funciona a mandar cartinhas, não vale a pena, o Tribunal de Contas quer é o documento, não quer respostas, quer é o documento. Houve negligência porque não enviámos o documento, mas assim que o recebemos, enviámos ao Tribunal de Contas pedindo que revertessem a situação. Não reverteram. Nós pedimos três adiamentos. Eu caminhei para Coimbra, a pedir por favor, para aprovarem a reprogramação. Perante isto, há duas soluções: ou aprovamos aqui o que está em cima da mesa, para podermos avançar com a ALE, ou não avançamos. E eu acho que toda a gente está de acordo, que é fundamental, que ela avance o mais rápido possível. -----

-----O senhor deputado **Rui Neves**, pediu a palavra, para dizer que "Não está aqui em dúvida a construção da ALE. E não vai ficar com dúvidas em relação a isso, porque nós vamos aprovar o financiamento. E, portanto, como está a ver, nós estamos de boa-fé. A questão que está aqui, é a seguinte: em sessão diária de visto 4 de janeiro de 2022, há um pedido de esclarecimento a Vossa Excelência, e diz assim, "esclareça como considera legalmente possível o financiamento desta empreitada, uma vez que a edilidade ainda está a equacionar a contratação de um novo empréstimo". O senhor tem isto." O senhor Presidente da Câmara respondeu que "está aqui, acabámos de aprovar. Está aqui o documento aprovado, a fonte de financiamento é esta. Mudou. Não é o empréstimo. O que passámos a ter como fonte financiamento foi FEDER, mais 1 milhão de euros do que havia antes, mais 1 milhão de euros, acho que valeu a pena esperar, até porque não atrasámos a ALE, e volto a dizer, precisávamos da aprovação da reprogramação de uma forma ou de outra, que veio cinco dias depois de o Tribunal de Contas ter dado como extinto o processo."-----

-----**Lúis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----"Mais uma vez, boa noite. Eu penso que, este ponto da contratação de um novo financiamento, acaba por vir, um bocadinho ao encontro daquilo que se passou no período anterior. Digamos que o mal-estar do que se passou no ponto anterior, com este financiamento, deixa de vir a acontecer. Se nós tínhamos um financiamento para dois projetos, se um dos projetos, acabou por ter uma dotação superior em termos de fundos comunitários, do que aquilo que inicialmente se previa, era evidente que o município, mais tarde ou mais cedo, iria ter problemas em justificar perante o Tribunal de Contas, os valores atribuídos a cada um dos projetos. Por isso, eu acho, que a forma como o município apresentou aqui esta cronologia, é excelente, é a transparência, aqui está a transparência do município, não escondeu nada, não disse que era mentira ou que era verdade, está aqui, está aqui nesta folha a transparência, que é aquilo que efetivamente, nos tem mostrado o trabalho deste executivo. E se, o financiamento anterior caiu, eu até me parece que, ainda bem que ele caiu. Ainda bem que ele caiu, porque o município, provavelmente iria ter problemas, quando tivesse que justificar ao Tribunal de Contas, onde é que efetivamente gastou os dinheiros daqueles dois investimentos. Porque o que estava em causa eram dois investimentos. E aquilo que caiu, foi o valor destinado a dois investimentos. Aquilo que nós

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos aqui a fazer, é um novo empréstimo, só para um investimento. E aqui não há problemas nenhuns, não vai haver problemas nenhuns, não vai haver reprogramação, não vai ter que haver nada, porque é uma causa que está aqui. Tudo o que acontecer para aquele investimento, vai ter que ser justificado perante aquilo que aqui está. Portanto, parece-nos que, às vezes, se pode dizer que as coisas caíram e ainda bem que caíram. A forma que nós aqui temos, é uma forma mais realista, é uma forma muito mais bem justificável e, como tal, penso que a decisão de avançar para um novo financiamento só para um projeto, é o melhor que podia acontecer, para o futuro do município."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **8. Contratação de empréstimo destinado a financiar investimentos previstos no PPI 2020_2021, até ao limite de 3.500.000,00 € - Informação** – submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, nos seguintes termos:-----

-----"Muito obrigado, senhora Presidente, senhores deputados, obrigado por reconhecerem a importância deste penúltimo ponto, para o concelho de Porto Mós e ao jeito de conclusão, sem prejuízo dos senhores deputados voltarem a questionar, queria dizer que da importância que têm estas questões serem avaliadas por aquilo que é a garantia de uma coesão nesta assembleia, a vários níveis. Nós tivemos hoje aqui este exemplo, da ALE, com a discussão política, de divergências que naturalmente acontecem, e precisamos de a ter ao nível da Saúde. Eu quero-vos pedir, e quero-vos pedir com a maior das frontalidades e sinceridade, nós temos que estar juntos neste processo, porque senão, o pouco que sobra vai para aqueles que estão efetivamente juntos. E nós precisamos de estar juntos, porque esta questão da Saúde vai levar a que os nossos mais idosos, os nossos com maior dificuldade de mobilidade, as nossas crianças, tenham que o que correr daqui para fora. E vocês sabem perfeitamente, porque estão na vida pública há muito tempo, sabem perfeitamente, que encerrar um Centro de Saúde e encerrar uma escola, é matar uma freguesia. E nós não queremos matar as nossas freguesias, sobretudo aquelas que têm na sua população uma população mais idosa. Precisamos de estar juntos, como disse, e precisamos de estar juntos a pensar o que é que vamos fazer, quais são as ações necessárias para que possamos exigir aquilo que, de direito, direito constitucional, nós temos, a nossa população tem, e eu peço à Assembleia Municipal na pessoa da senhora Presidente, mas também dos líderes de bancada, que se possa emanar daqui, de uma forma conjunta, algo que possa determinar, também, ações no sentido de podermos vir a ter médicos no concelho. Finalmente, apenas dizer que, este documento representa também o final do ano, e o final do ano, como eu disse há pouco, é significativo por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tem cerca de 80% de despesas de capital. Estas despesas de capital confrontam efetivamente com exercícios anteriores mais modestos, no entanto, os projetos e as obras estavam em curso, foram concluídas parte delas em 2021, outras estão a ser concluídas agora, portanto, com menos peso financeiro com representação financeira mais diminuta no orçamento da Câmara, de todo o modo, estamos a lançar outras, como foi aqui falado hoje, como é o caso de ALE, como é o caso da Casa dos Calados, que vai começar entretanto, e será com certeza, também o saneamento da Cumeira."-----

-----A senhora **Presidente da Assembleia** usou da palavra:-----

-----"Obrigada senhor Presidente. Em relação a este sentir do senhor Presidente já tinha pensado, em marcar uma reunião com as senhoras líderes de bancada, para pensarmos o que é que a Assembleia Municipal poderá fazer sobre esta questão da Saúde, reunindo as três comigo de forma a encontrar-se uma solução."-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----"Quanto ao repto lançado pelo senhor Presidente da Câmara, obviamente que o PSD está sempre disponível para ter uma posição conjunta, e para tentar resolver a nível do Governo Central, e fazer pressão para que o que os portomosenses, tenham todos e cada um, médico de família, porque é um direito constitucional, mas mais do que um direito é uma necessidade, porque com a saúde não se brinca, como se costuma dizer. Sobre esta informação, que o senhor Presidente prestou, e o cujo documento extensivo e exaustivo nos mandou, e tivemos oportunidade de ler, eu quero destacar aqui alguns pontos. Em primeiro lugar, aquilo que o senhor Presidente já salientou, que são as obras que estão a decorrer e as que brevemente se irão iniciar, que é uma ambição já de há longos anos, dos portomosenses. Mas também quero destacar aqui, e não podia deixar de o fazer, a vertente social e solidária deste executivo municipal, em várias situações, designadamente na entrega de cabazes a famílias carenciadas. Também quero destacar o envolvimento do município, no combate à pandemia com o apoio na vacinação e com o fornecimento de testes à população, e poderia continuar, mas destaco também aqui, outra nota que vêm na informação, que é, Porto de Mós é o sétimo município em 308 municípios do país, Porto de Mós fica em 7º lugar, com menos passivo, por habitante. Por isso, senhor Presidente, a palavra de ordem é continuar, está no rumo certo, é possível desenvolvimento económico sem comprometer a função social, é possível haver investimento sem beliscar o apoio aos mais desfavorecidos, essa é a sua e a nossa bandeira, essa é a sua marca de água, da qual nos orgulhamos. Obrigada."-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----"Senhor Presidente, relativamente ao repto que nos fez, eu ouvi-o e em nome da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bancada do PS, digo presente, portanto, pode contar connosco, com a nossa colaboração, com o nosso consenso, sempre que for necessário, com a nossa contribuição na elaboração de pensamento, na criação de estratégias, o que for, sem aproveitamentos políticos, sem politização desta questão. Acho que a manifestação que houve, tendo em conta a altura que aconteceu e a forma como aconteceu, acho que não foi um aproveitamento correto da situação, portanto, se calhar, feita doutra forma e reunido o consenso prévio no momento de fazê-la, de certeza que teria tido muito mais pessoas. Eu por acaso andei um pouco offline nessas semanas, e quando soube da manifestação, ela já estava, de facto, a decorrer. Mas é isso que eu lhe quero dizer. Portanto, a nossa postura aqui não é partidária, porque eu sou do partido A ou do partido B e não vou concordar consigo. Não é essa a situação. E, sobretudo, nestas questões estruturantes em que não se admitem divergências, porque todos estamos aqui pelo melhor para o nosso concelho, e a saúde não tem política, a saúde não tem opinião, a saúde tem que ser assegurada e ou há médicos ou não há, e o caminho para lá chegar e para resolver esta situação, pode contar connosco. Eu vou consigo a reuniões, aquilo que quiser que eu faça, eu estarei presente em representação da bancada do PS".-----

-----O **senhor Presidente da Câmara**, passou a responder às anteriores intervenientes.-----

-----"Muito obrigado a ambas. Queria reiterar o agradecimento, porque é muito importante que saia desta Assembleia, este princípio de coesão, até porque a Associação Urgente, e eu quero dizer, que é injusto quando se atribui politização à manifestação, quando ela foi sugerida e foi sempre liderada pela Associação Urgente. Os senhores Presidentes de Junta sabem disso, porque tiveram em reuniões com a Associação Urgente e a Associação Urgente quer tudo neste momento, menos estar envolvida em processos políticos. E devo dizer, que, quer a Associação Urgente, quer os senhores Presidentes de Junta, chegaram a ponderar algumas ações ainda mais gravosas ou drásticas. Nós entendemos que em democracia, a democracia deve prevalecer, deve estar acima de tudo, nomeadamente o ato eleitoral e, portanto, defendemos que poderíamos ter outro momento. O momento foi aquele, e o momento foi aquele porque aconteceu cinco dias depois de termos recebido notícias muito duras para o concelho de Porto de Mós, é que não ia mesmo haver médicos e ainda os que havia, iam sair, como saíram. E, portanto, esta situação quando foi transmitida, a própria Associação os senhores Presidentes de Junta, decidiram que tinham que tomar uma atitude no imediato, e foi na sexta seguinte, depois da reunião de segunda-feira. Mas isso já passou. Nós nestas coisas, não devemos sequer perder tempo a limpar feridas deste tipo de situações, acho que temos que ter tempo e juntarmo-nos, juntar os líderes de bancada, juntar toda a Assembleia e os senhores Presidente de Junta, a Associação Urgente, que é uma associação reconhecida pelo Ministério da Saúde, e que tem assento nos diversos fóruns ligados à Saúde, com o executivo, porque nós estamos à beira de receber a descentralização da Saúde. E é isto que nós vamos receber. É isto que nós vamos entregar aos nossos municípios. A saúde passa pelo município,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas não temos voz sobre o modelo de organização ou de gestão, muito menos sobre os profissionais, mas aquilo que a população vai ouvir, é que a Saúde foi entregue aos municípios. E é esta saúde que nós estamos a receber. Volto a dizer, as USF's já têm muitos anos, são transversais a mais do que um governo, mas infelizmente, as USF's decorrem apenas da boa vontade dos médicos, daqueles que têm ambição, daqueles que querem algo mais para a sua carreira. E se a USF é um excelente modelo, nós temos que exigir que o Governo, a imponha como regra, e nós cá estamos para abraçar o modelo e para estar em conjunto com os nossos profissionais, que volto a dizer, têm feito um trabalho hercúleo, mas infelizmente, não conseguem responder a toda a gente. Eu fico muito grato e saio daqui contente, feliz, por saber que a Assembleia está disponível, para em conjunto com a Câmara, em conjunto com a comunidade, em conjunto com as freguesias, podermos dar passos no sentido de exigir aquilo a que nossa população tem direito. Obrigado."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse, que marcaria depois a reunião com as senhoras líderes das bancadas das forças políticas com assento nesta Assembleia, a fim de se delinear uma estratégia no âmbito desta questão da Saúde.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 6 (6.1, 6.2, 6.3), 7 e 8 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.45 horas do dia 11 de fevereiro de 2022, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

